



STJ

Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica
Coordenadoria de Gestão da Informação

RELATÓRIO ESTATÍSTICO

2020

PLENÁRIO	CORTE ESPECIAL	PRIMEIRA SEÇÃO Direito Público	SEGUNDA SEÇÃO Direito Privado	TERCEIRA SEÇÃO Direito Penal	CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
<ol style="list-style-type: none"> Felix Fischer 17/12/1996 Francisco Cândido de M. Falcão Neto 30/6/1999 Fátima Nancy Andrighi 27/10/1999 Laurita Hilário Vaz 26/6/2001 João Otávio de Noronha 3/12/2002 Humberto Eustáquio Soares Martins (Presidente) 14/6/2006 Maria Thereza Rocha de Assis Moura¹ 9/8/2006 Antonio Herman de Vasconcellos e Benjamin 6/9/2006 Jorge Mussi (Vice-Presidente) 12/12/2007 Geraldo Og Nicéas Marques Fernandes 17/6/2008 Luis Felipe Salomão 17/6/2008 Mauro Luiz Campbell Marques 17/6/2008 Benedito Gonçalves² 17/9/2008 Raul Araújo Filho 12/5/2010 Paulo de Tarso Vieira Sanseverino 10/8/2010 Maria Isabel Diniz Gallotti Rodrigues 10/8/2010 Antonio Carlos Ferreira 13/6/2011 Ricardo Villas Bôas Cueva 13/6/2011 Sebastião Alves dos Reis Júnior 13/6/2011 Marco Aurélio Gastaldi Buzzi 5/9/2011 Marco Aurélio Bellizze Oliveira 5/9/2011 Assusete Dumont Reis Magalhães 21/8/2012 Sérgio Luiz Kukina³ 6/2/2013 Paulo Dias de Moura Ribeiro 28/8/2013 Regina Helena Costa 28/8/2013 Rogério Schietti Machado Cruz 28/8/2013 Nefi Cordeiro 3/4/2014 Luiz Alberto Gurgel de Faria 9/9/2014 Reynaldo Soares da Fonseca 26/5/2015 Marcelo Navarro Ribeiro Dantas 30/9/2015 Antonio Saldanha Palheiro 6/4/2016 Joel Ilan Paciornik 6/4/2016 (Vago) 	<ol style="list-style-type: none"> Humberto Martins Jorge Mussi Felix Fischer Francisco Falcão Nancy Andrighi Laurita Vaz João Otávio de Noronha Maria Thereza de Assis Moura Herman Benjamin Og Fernandes Luis Felipe Salomão Mauro Campbell Marques Benedito Gonçalves Raul Araújo Paulo de Tarso Sanseverino <p>Coord.: Vânia Maria Soares Rocha Art. 2º, § 2º, do RISTJ Sessões: 1ª e 3ª quartas-feiras do mês</p> <p>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</p> <ol style="list-style-type: none"> Humberto Martins Jorge Mussi Felix Fischer Francisco Falcão Nancy Andrighi Laurita Vaz João Otávio de Noronha Maria Thereza de Assis Moura Herman Benjamin Og Fernandes Luis Felipe Salomão <p>Art. 5º do RISTJ</p> <p>Diretor-Geral: Marcos Antonio Cavalcante</p>	<ol style="list-style-type: none"> Francisco Falcão Herman Benjamin Og Fernandes Mauro Campbell Marques Benedito Gonçalves[*] Assusete Magalhães Sérgio Kukina Regina Helena Costa Gurgel de Faria[*] (Vago) <p>*Presidência: 6/8/2019 a 5/8/2021 Secretário: Zilda Carolina V.R.Souza</p> <p>Art. 2º, §§ 3º e 6º, do RISTJ – Sessões: 2ª e 4ª quartas-feiras do mês</p> <p>PRIMEIRA TURMA</p> <ol style="list-style-type: none"> Benedito Gonçalves Ingresso: 18/9/2008 Sérgio Kukina Ingresso: 7/2/2013 Regina Helena Costa Ingresso: 29/8/2014 Gurgel de Faria[*] Ingresso: 1º/3/2016 (Vago) <p>*Presidência: 5/5/2019 a 4/5/2021 Secretária: Bárbara A. S. Camunã</p> <p>SEGUNDA TURMA</p> <ol style="list-style-type: none"> Francisco Falcão Ingresso: 2/9/2016 Herman Benjamin[*] Ingresso: 6/9/2006 Og Fernandes Ingresso: 31/8/2016 Mauro Campbell Marques Ingresso: 17/6/2008 Assusete Magalhães Ingresso: 19/2/2014 <p>*Presidência: 12/11/2019 a 11/11/2021 Secretária: Valéria Rodrigues Soares</p> <p>Art. 2º, §§ 3º, 4º e 6º, do RISTJ – Sessões: terças-feiras e 1ª e 3ª quintas-feiras do mês</p>	<ol style="list-style-type: none"> Nancy Andrighi Luis Felipe Salomão Raul Araújo Paulo de Tarso Sanseverino Isabel Gallotti[*] Antonio Carlos Ferreira Villas Bôas Cueva Marco Buzzi Marco Aurélio Bellizze Moura Ribeiro <p>*Presidência: 27/8/2019 a 26/8/2021 Secretária: Ana Elisa de A. Kirjner</p> <p>TERCEIRA TURMA</p> <ol style="list-style-type: none"> Nancy Andrighi Ingresso: 25/8/2016 Paulo de Tarso Sanseverino[*] Ingresso: 11/8/2010 Villas Bôas Cueva Ingresso: 14/6/2011 Marco Aurélio Bellizze Ingresso: 29/8/2014 Moura Ribeiro Ingresso: 29/8/2014 <p>*Presidência: 31/8/2020 a 30/8/2022 Secretária: Maria Auxiliadora Rocha</p> <p>QUARTA TURMA</p> <ol style="list-style-type: none"> Luis Felipe Salomão Ingresso: 18/6/2008 Raul Araújo Ingresso: 26/9/2018 Isabel Gallotti Ingresso: 11/8/2010 Antonio Carlos Ferreira Ingresso: 14/6/2011 Marco Buzzi[*] Ingresso: 6/9/2011 <p>*Presidência: 10/8/2019 a 9/8/2021 Secretária: Teresa Helena Basevi</p> <p>Art. 2º, §§ 3º, 4º e 6º, do RISTJ – Sessões: terças-feiras e 1ª e 3ª quintas-feiras do mês</p>	<ol style="list-style-type: none"> Felix Fischer Laurita Vaz João Otávio de Noronha Sebastião Reis Júnior Rogério Schietti Cruz Nefi Cordeiro[*] Reynaldo Soares da Fonseca Ribeiro Dantas Antonio Saldanha Palheiro Joel Ilan Paciornik <p>*Presidência: 28/5/2019 a 27/5/2021 Secretário: Gilberto Ferreira Costa</p> <p>QUINTA TURMA</p> <ol style="list-style-type: none"> Felix Fischer Ingresso: 2/9/2014 João Otávio de Noronha Ingresso: 28/8/2020 Reynaldo Soares da Fonseca Ingresso: 27/5/2015 Ribeiro Dantas[*] Ingresso: 1º/10/2015 Joel Ilan Paciornik Ingresso: 7/4/2016 <p>*Presidência: 27/5/2019 a 26/5/2021 Secretário: Marcelo Pereira Cruvinel</p> <p>SEXTA TURMA</p> <ol style="list-style-type: none"> Laurita Vaz Ingresso: 30/8/2018 Sebastião Reis Júnior Ingresso: 14/6/2011 Rogério Schietti Cruz Ingresso: 29/8/2013 Nefi Cordeiro Ingresso: 4/4/2014 Antonio Saldanha Palheiro[*] Ingresso: 7/4/2016 <p>*Presidência: 3/10/2019 a 2/10/2021 Secretário: Eliseu Augusto Santana</p>	<p>Humberto Martins Jorge Mussi Corregedor-Geral Villas Bôas Cueva Vice-Correg. (2019/2021) Sebastião Reis Júnior Efetivo (2019/2021) Marco Buzzi Efetivo (2020/2022) Marco Aurélio Bellizze Suplente (2019/2021) Assusete Magalhães Suplente (2019/2021) Sérgio Kukina Suplente(2020/2022) Art. 7º do RISTJ</p> <p>ENFAM</p> <p>Og Fernandes Diretor-Geral Biênio 2020/2022 Mauro Campbell Marques Vice-Diretor Biênio 2020/2022 Jorge Mussi Diretor do CEJ/CJF Benedito Gonçalves Biênio 2020/2022 Raul Araújo Filho Biênio 2020/2022</p> <p>Art. 10 do RI/ENFAM</p> <p>TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL</p> <p>Luis Felipe Salomão Corregedor-Geral Biênio 2019/2021 Mauro Campbell Marques Efetivo (2020/2022) Benedito Gonçalves Substituto (2019/2021) Raul Araújo Substituto (2020/2022) Art. 10 III, do RISTJ</p>
COMISSÕES PERMANENTES – Arts. 40 e 41 do RISTJ					
<p>REGIMENTO INTERNO</p> <p>Mauro Campbell Marques (Presidente) Isabel Gallotti Sérgio Kukina Reynaldo Soares da Fonseca Moura Ribeiro Nefi Cordeiro</p>	<p>JURISPRUDÊNCIA</p> <p>Felix Fischer (Presidente) Benedito Gonçalves Villas Bôas Cueva Sebastião Reis Júnior Marco Aurélio Bellizze Gurgel de Faria</p>	<p>DOCUMENTAÇÃO</p> <p>Og Fernandes (Presidente) Antonio Carlos Ferreira Antonio Saldanha Palheiro Joel Ilan Paciornik (<i>Suplente</i>)</p>	<p>COORDENAÇÃO</p> <p>Marco Buzzi (Presidente) Regina Helena Costa Gurgel de Faria Ribeiro Dantas (<i>Suplente</i>)</p>	<p>GESTORA DE PRECEDENTES</p> <p>Paulo de Tarso Sanseverino (Presidente) Assusete Magalhães Rogério Schietti Cruz Moura Ribeiro (<i>Suplente</i>)</p>	



STJ

Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica
Coordenadoria de Gestão da Informação

RELATÓRIO ESTATÍSTICO

Brasília

2020



Sumário

1. Composição do Superior Tribunal de Justiça.....	2
2. Introdução.....	6
3. Relatório sucinto – Atividades Jurisdicionais do STJ 02/01/2020 a 31/12/2020	7
4. Movimentação processual por ministros.....	8
5. Processos recebidos	9
6. Processos distribuídos e registrados	11
7. Processos distribuídos e registrados por Unidade da Federação	12
8. Processos registrados – ministro presidente	13
9. Processos distribuídos e registrados por órgãos julgadores	14
10. Processos distribuídos e registrados por classes de feitos	15
11. Processos julgados	16
12. Processos julgados por órgão julgante	18
13. Processos julgados por classes de feitos	19
14. Decisões e despachos proferidos pelos ministros presidente e vice-presidente	20
15. Gráfico de processos distribuídos e julgados nas seções e respectivas turmas	21
16. Gráfico de processos distribuídos, julgados e acórdãos publicados	22
17. Julgados por teor	23
18. Processos distribuídos, julgados e pendentes de 1º julgamento no período de 7/4/1989 a 31/12/2020.....	24
19. Gráfico de distribuídos, julgados e pendentes de 1º julgamento entre 01/01/2008 a 31/12/2020	25
20. Recursos repetitivos	26
21. Recursos internos protocolizados	27
22. Recursos internos protocolizados por relator.....	28
23. Processos baixados	29
24. Acervo processual	30

25. Gráfico – acervo por relator e órgão julgador	32
26. Gráfico - acervo por assunto e ramo de direito	33
27. Metas CNJ	34
28. Metas nacionais do poder judiciário – Metas 1 e 2	35
29. Metas nacionais do poder judiciário – Metas 4, 6 e 7	36
30. Glossário	37

1. Introdução

Em conformidade com o Regimento Interno nos seus artigos 21, inciso XXIX, e 117, o presente Relatório Estatístico, publicado anualmente, divulga os dados quantitativos sobre o trâmite processual e a atividade judicante no STJ. Com novo formato, o relatório estatístico visa proporcionar ao leitor uma compreensão geral das principais informações estatísticas do Tribunal e de sua evolução histórica.

O relatório está assim estruturado:

1. Movimentação processual, são apresentadas tabelas com os resumos das principais estatísticas do tribunal e detalhamento por ministro;

2. Processos recebidos, em que é detalhado principais estatísticas relacionadas ao recebimento de processos tais como origem, classe, assunto e demandantes;

3. Processos distribuídos e registrados, no qual é analisada os dados referentes à distribuição dos processos aos ministros do tribunal;

4. Processos julgados, em que é analisada o julgamento dos processos, detalhando por classe, assunto, teor, ministros, turmas, seções, órgãos julgadores e recursos repetitivos;

5. Recursos protocolados, em que é abordado os recursos interpostos às decisões do tribunal;

6. Processos baixados, traz uma análise dos processos baixados, como tempo até a primeira baixa, classe, assunto, entre outros;

7. Processos tramitando, traz um panorama do acervo do tribunal;

8. Metas nacionais, é mostrado o cumprimento das metas nacionais do CNJ.

Atividades Jurisdicionais do Superior Tribunal de Justiça

Período: 2/1/2020 a 31/12/2020

Movimentação Processual

Processos Recebidos	344.034
Processos Distribuídos (A)	214.820
Processos Registrados - Competência Exclusiva da Presidência (B)	2.101
Processos Registrados à Presidência por triagem no processamento inicial (1)(C)	137.477
Total de Processos Distribuídos e Registrados (A+B+C)	354.398
Processos Julgados em Sessão	105.192
Processos Decididos Monocraticamente	398.507
Total Processos Julgados (incluindo AgInt, AgRg e EDcl)	503.699
Total Processos Julgados (excluindo AgInt, AgRg e EDcl)	373.741
Acórdãos Publicados	106.345
Processos Baixados	356.575
Processos com Vista ao MPF em 31/12/2020	7.905
Processos Tramitando em 31/12/2020	258.053

Médias

Média dos Processos Distribuídos e Registrados por cargos de Magistrados	10.739
Média de Processos Julgados (incluindo AgInt, AgRg e EDcl) por cargos de Magistrados	15.264
Média de Processos Julgados (excluindo AgInt, AgRg e EDcl) por cargos de Magistrados	11.325

Decisões e Despachos do Ministro Presidente e Vice-Presidente

Ministro Presidente (exceto RE e RO)	194.180
Ministro Vice-Presidente (exceto RE e RO)	7.431
Recursos Extraordinários e Ordinários	9.422

Recursos Repetitivos (Temas) (2) - Dados coletados até 31/12/2020

Recursos repetitivos	Temas Afetados		
	Julgados		Aguardando julgamento
	2/1/2020 a 31/12/2020	8/8/2008 a 31/12/2020	
Corte Especial	0	95	3
Primeira Seção	2	571	41
Segunda Seção	1	238	20
Terceira Seção	2	105	3
Total	5	1009	67

Fontes: Secretaria Judiciária; Secretaria dos Órgãos Julgadores, NARER, NUGEP, Gabinetes de Ministros e STI (Sistema Justiça).

Notas: Nos processos tramitando estão inclusos os com status "processamento de RE/RO" e " em execução".

Nos cargos de Magistrados estão computados os providos ou não.

(1) Processos recursais submetidos à triagem processual pela Secretaria Judiciária e NARER, conforme previsto na Emenda Regimental n. 24 de 28.9.2016. Não computados os decididos pelo Ministro Presidente que posteriormente foram redistribuídos, sem decisão, aos demais ministros. (2) Inclusos 4 IACS julgados e 4 aguardando julgamento.

Movimentação Processual - janeiro a dezembro de 2020

Relatores	Distribuição							Decisões						Vistas		Publicações		Processos Baixados / Arquivados	
	Atribuídos (A)	Distribuídos (B)	Redistribuídos (C)	Baixas (7)			Total (A+B+C-D-E-F)	Terminativas			Não Terminativas		Total	Pedido de Vista	Voto Vista	Acórdãos	Decisões monocráticas terminativas		
				BA (D)	BR (E)	CD (F)		Processo Principal	Recursos Internos		Liminares	Interlocutórias							
							AgInt	AgRg	EDcl										
Ministro Presidente		139.578			8.733	4	130.841	140.182	243	28	7.962	9.621	6.550	164.586		1	143	149.949	100.945
Ministro Vice-Presidente		9.532			10		9.522	681	1.680	622	1.007	13	399	4.402			3.331	1.064	8.278
Felix Fischer (5)	2.106	8.808	662		4		11.572	8.643	86	2.043	369	4.882	198	16.221	19	9	2.529	8.483	8.427
Francisco Falcão	7	5.679	1.904		3	1	7.586	6.390	2.833	21	928	28	424	10.624	6	1	3.705	6.443	6.906
Nancy Andrighi	1	4.749	2.406		15	1	7.140	6.434	3.636	13	1.336	188	351	11.958	30	27	4.303	7.118	7.106
Laurita Vaz		10.611	762		2		11.371	9.718	146	1.644	385	5.114	162	17.169	17	11	2.555	9.457	10.033
João Otávio de Noronha (3)	3.234	4.046	218		1	1	7.496	1.815	19	383	52	2.304	55	4.628	17		411	1.811	1.849
Humberto Martins (1)													1	1					3
Maria Thereza de Assis Moura (4)		15	41				56	36	32	2	17	1	6	94			56	35	18
Herman Benjamin		5.690	1.859		6		7.543	6.699	2.671	19	1.445	36	624	11.494	46	28	5.105	6.256	7.055
Napoleão Nunes Maia Filho		4.287	1.543		10		5.820	8.106	4.745	97	1.670	300	513	15.431	28	29	5.346	9.240	9.754
Jorge Mussi (2)		6.640	575	1	3		7.211	5.713	71	1.298	318	3.010	182	10.592		1	1.295	6.218	6.320
Og Fernandes	2	5.404	1.812		1		7.217	6.924	3.083	23	1.001	149	216	11.396	24	17	3.447	7.621	6.974
Luis Felipe Salomão		3.280	1.574		4		4.850	5.497	2.987	9	1.065	209	352	10.119	34	20	3.254	6.555	6.328
Mauro Campbell Marques		3.675	1.395		5		5.065	5.516	2.722	12	1.242	41	303	9.836	15	10	3.201	6.243	6.377
Benedito Gonçalves	1	5.247	1.678		3	1	6.922	7.118	3.913	37	1.508	26	1.262	13.864	25	39	4.509	8.076	7.128
Raul Araújo	4	4.819	2.437		16	1	7.243	6.608	2.850	20	1.100	144	425	11.147	36	37	3.211	7.301	7.161
Paulo de Tarso Sanseverino		4.834	2.328		13	1	7.148	7.263	3.564		1.065	112	428	12.432	12	9	3.965	7.845	7.787
Isabel Gallotti		4.574	2.222		15		6.781	6.084	3.587	69	1.376	96	105	11.317	17	14	3.513	7.752	7.151
Antonio Carlos Ferreira		4.686	2.279		10		6.955	5.577	3.592	39	1.163	140	466	10.977	14	18	3.917	6.408	6.972
Villas Bôas Cueva		4.563	2.315		11		6.867	5.597	3.394	13	1.171	126	279	10.580	42	36	3.302	6.890	6.638
Sebastião Reis Júnior	1	10.627	728		10		11.346	8.726	97	1.296	300	4.400	342	15.161	25	26	1.772	8.621	8.782
Marco Buzzi		4.766	2.336		11		7.091	7.118	4.284	56	1.799	195	385	13.837	81	19	4.435	9.026	7.773
Marco Aurélio Bellizze	1	4.764	2.341		16		7.090	5.918	3.596	17	1.381	291	213	11.416	17	13	3.618	7.436	6.863
Assusete Magalhães		5.688	1.693		6		7.375	6.998	3.265	60	1.057	82	137	11.599	11	5	3.475	8.023	7.372
Sérgio Kukina		5.733	1.712		2		7.443	7.151	3.452	31	1.162	94	166	12.056	7	8	3.571	8.177	7.344
Moura Ribeiro		4.684	2.304		27		6.961	6.169	3.519	2	1.259	116	338	11.403	21	15	3.591	7.328	6.649
Regina Helena Costa		5.708	1.748		3		7.453	7.289	3.566	6	1.140	104	202	12.307	32	22	3.887	8.075	6.912
Rogério Schietti Cruz		10.595	670				11.265	10.318	138	1.589	364	3.748	190	16.347	26	14	2.306	10.206	10.196
Nefi Cordeiro	1	10.435	693		1		11.128	10.371	152	2.151	568	5.127	267	18.636	6	4	2.931	10.372	10.801
Gurgel de Faria		5.612	1.767		4		7.375	8.972	3.208	5	1.107	101	249	13.642	34	16	3.689	9.564	9.199
Reynaldo Soares da Fonseca		10.661	641		4		11.298	11.301	102	2.264	471	3.950	330	18.418	9	7	2.947	11.255	11.277
Ribeiro Dantas		10.607	669		5		11.271	10.288	77	1.881	436	4.419	216	17.317	19	8	2.533	10.084	10.618
Antonio Saldanha Palheiro	1	10.579	699		2		11.277	10.423	75	1.559	338	5.383	352	18.130	8	7	2.249	10.127	10.627
Joel Ilan Paciornik		10.595	681		5		11.271	9.834	70	2.048	439	5.860	432	18.683	15	5	2.936	9.430	10.327
Presidente da Comissão Gestora de Precedentes (6)		690				117	573	9	2		1		37	49				11	13
Presidente da 1ª Seção		138					138	115	1		1	74	581	772			1	117	57
Presidente da 2ª Seção		20					20	11					10	21				11	1
Presidente da 3ª Seção		68					68	187	314		461	32	1.055	2.049			764	196	211
Presidente da 6ª Turma													1	1					
Ministros aposentados	2	1.711	173				1.886	1.942	16	278	71	663	51	3.021		1	542	1.887	2.343
Total	5.361	354.398	46.865	1	9.078	10	397.535	373.741	71.788	19.635	38.535	61.179	18.855	583.733	693	477	106.345	400.711	356.575

Fontes: Secretaria Judiciária; Secretaria de Processamento de Feitos; Gabinetes de Ministros; NARER e STI (Sistema Justiça).

(1) Ministro Presidente a partir de 27/8/2020. Ministro Corregedor Nacional de Justiça até 27/8/2020. (2) Ministro Vice-Presidente do STJ a partir de 27/8/2020. Ministro Corregedor-Geral da Justiça Federal. (3) Ministro Presidente até 27/8/2020. Designado para compor 3ª Seção e 5ª Turma. (4) Ministra Vice-Presidente até 27/8/2020. Ministra Corregedora-Geral da Justiça Federal conforme Ato da Sessão Plenária de 22/5/2018. (5) licença médica de 24/9/2019 a 23/3/2020. (6) Ministro Paulo de Tarso Sanseverino como Presidente da Comissão Gestora de Precedentes conforme Portaria STJ/GP Nº 299 de 19/7/2017. (7) BA - Baixados por Atribuição; BR - Baixados por Redistribuição; CD - Cancelamento de Distribuição.

2. Processos recebidos

No ano de 2020 foram recebidos no STJ 344.034 processos (originários e recursais) o que representou uma redução de 10,57% (40.682) em relação ao último ano, interrompendo uma sequência de cinco anos consecutivos de expansão, após aumento de 11,09% (38.397) no ano anterior, indicando que 2019 possivelmente foi um ponto discrepante, apesar de comparações com este ano se tornarem superficiais devido ao isolamento social cujos impactos são difíceis de serem estimados (figura 1).

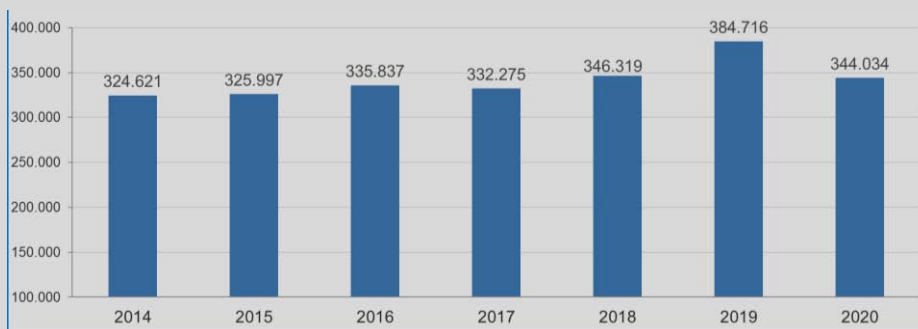


Figura 1. Série histórica dos processos recebidos pelo STJ. Escala a partir de 100.000 processos.

Do total de recebidos, 192.900 (56,0%) foram oriundos dos tribunais de justiça, sendo 75.490 (21,94%) do TJSP, o tribunal de justiça com maior demanda (figura 2). Outros 100.636 (29,52%) são originários do próprio STJ; 50.298 (14,62%) são dos tribunais regionais federais e o restante da justiça especializada 200 (0,06%).

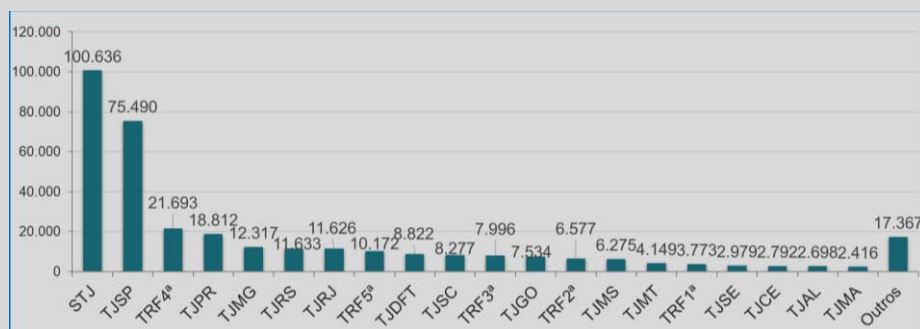


Figura 2. Processos recebidos por tribunais de origem em 2020.

A análise da série histórica da origem dos processos mostra redução drástica de 20,22% (48.904) dos processos recebidos dos tribunais de justiça após aumento de 10,74% (23.451) em 2019 interrompendo uma sequência de alta de cinco anos. Por outro lado, os processos originários do STJ seguem em tendência contínua de alta com aumento de 14,55% (12.780) em 2020, enquanto os processos originários dos tribunais de justiça federal continuam em tendência de queda desde 2014, com redução de 7,7% (4.194) em 2020 (figura 3).

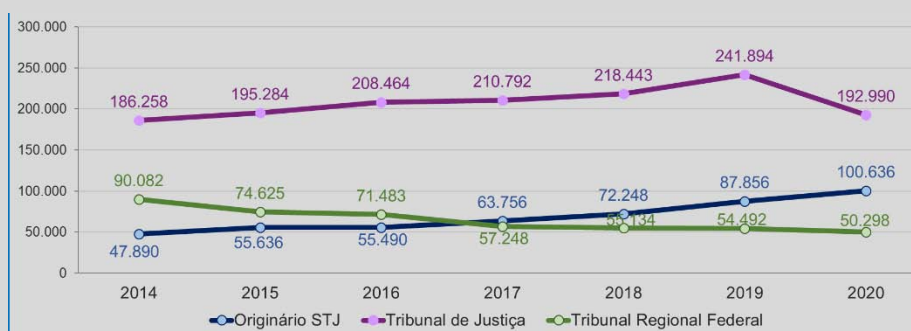


Figura 3. Série histórica dos processos recebidos pelo STJ por origem.

As principais classes de feito recebidas pelo STJ foram o AREsp (recurso que se interpõe contra decisão do presidente ou do vice-presidente do tribunal recorrido) 168.222 (48,89%), seguida pelo Habeas Corpus 81.920 (23,81%) e pelo REsp (recurso cabível das causas decididas em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios) 54.312 (15,7%) (figura 4a). A classe que teve a maior redução no recebimento em 2020 foi o AREsp com queda de 23,72% (52.320) resultando na mínima histórica dos últimos sete anos. O Habeas Corpus continua em tendência de alta com crescimento médio de 20,21% no período e alta de 12.624 (22,74%) neste ano. O REsp segue em queda com decréscimo de 3.789 (6,52%) em 2020 e queda de 27,24% (20.340) desde 2014 (figura 4b).

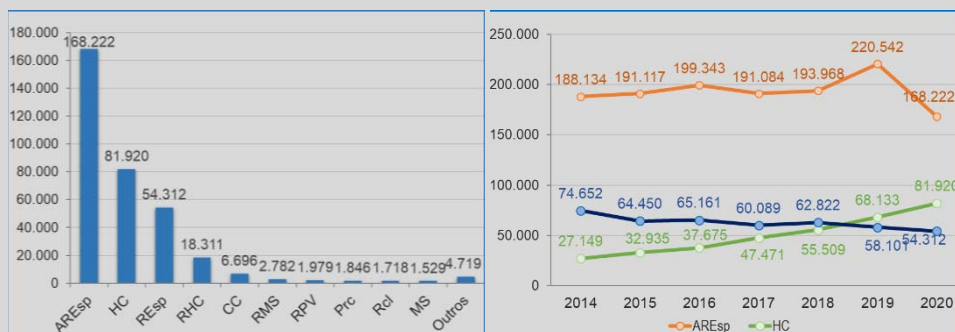


Figura 4(a). À esquerda processos recebidos por classe em 2020. Figura 4(b). À direita série histórica dos processos recebidos pelo STJ por principais classes.

O STJ recebe demanda de cidadãos e organizações do país inteiro e os principais demandantes nos últimos cinco anos foram, respectivamente, o Ministério Público do Estado de São Paulo (119.232), seguido pelo INSS (116.962) e pela Fazenda Nacional (81.259) (figura 5).

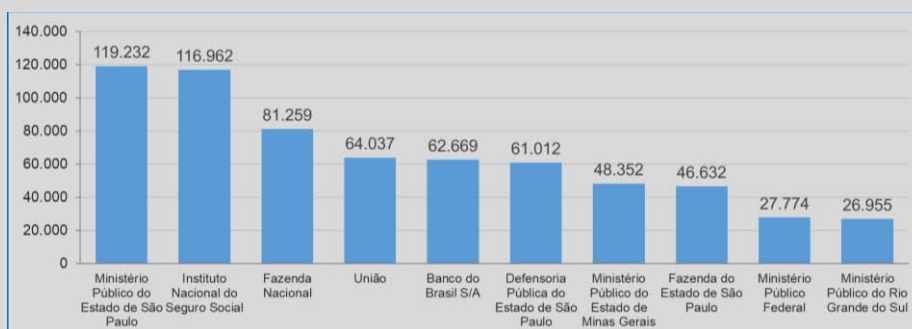


Figura 5. Principais demandantes entre 2016 e 2020.

Os principais assuntos recebidos no ano se concentraram no ramo de direito penal, sendo eles o tráfico de drogas e condutas afins 33.982 (9,88%), execução penal 15.946 (4,64%), roubo majorado 10.609 (3,08%), homicídio qualificado 10.120 (2,94%) e prisão preventiva 9.350 (2,72%) (figura 6).

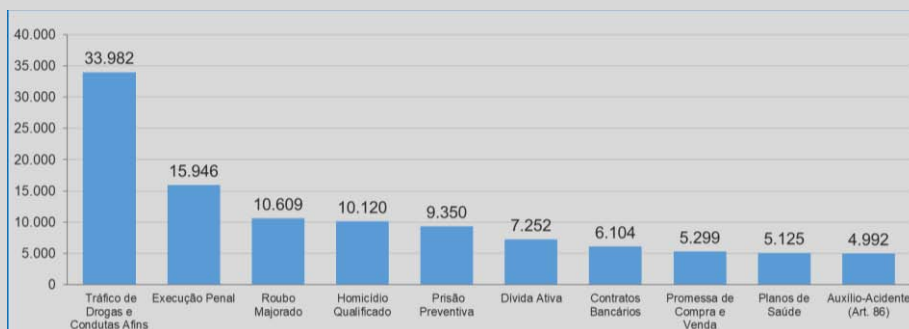


Figura 6. Processos recebidos por principais assuntos em 2020.

Analisando a série histórica dos recebidos de acordo com os principais ramos de direito, o ramo penal segue forte inclinação de alta desde 2014 com crescimento médio de 12,27% no período e com variação de 8,01% (9.634) em 2019 se tornando o ramo com o maior recebimento de processos e superando o ramo civil que teve queda acentuada de 23,58% (34.338) após dois anos de crescimento, atingindo o menor valor desde 2014. O administrativo teve queda de 16,03% (10.625) após quatro anos de relativa estabilidade (crescimento de 5,93% entre 2015 e 2019). O Tributário apresentou a maior queda relativa de 24,25% (8.849) retornando ao valor próximo de 2018. O Previdenciário teve aumento de 12,49% (2.091), interrompendo uma sequência de três anos consecutivos de quedas (figura 7).

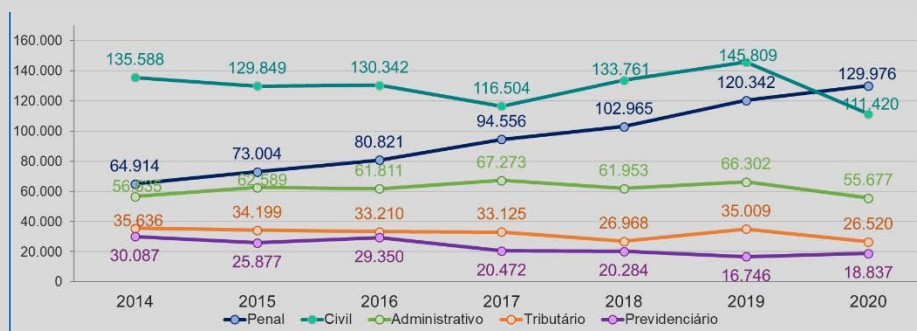


Figura 7. Série histórica dos processos recebidos por principais ramos de direitos.

3. Processos distribuídos e registrados

Em 2020, foram distribuídos e registrados no STJ 354.398, o que corresponde a 10.793 processos distribuídos por ministro¹ em média. Desses processos, 57,66% (204.372) foram distribuídos aos ministros e 42,34% (150.026) foram registrados à Presidência do STJ e às Presidências dos órgãos julgadores do Tribunal. A série histórica dos processos distribuídos e registrados desde janeiro mostra queda de 5,33% (19.968) em 2020, após aumento de 7,45% (25.950) em 2019, decorrência da queda do número de processos recebidos (figura 8).

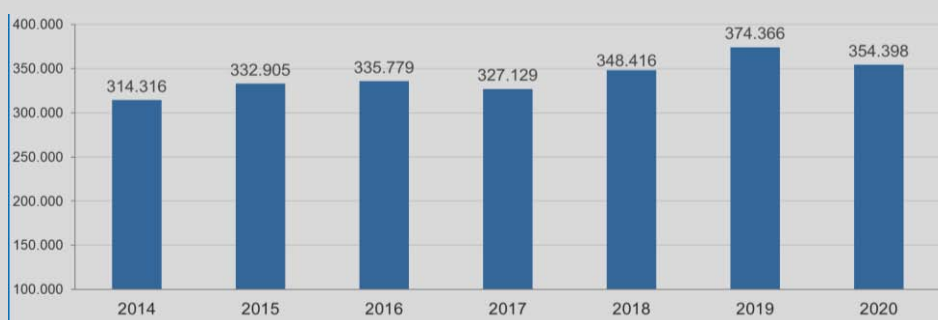


Figura 8. Série histórica dos processos distribuídos.

As principais classes de feito distribuídas foram o AREsp 174.569 (49,2%), seguida pelo *Habeas Corpus* 83.361 (23,5%) e pelo REsp 53.9045 (15,2%). Foram distribuídos 102.565 (28,9%) processos aos órgãos julgadores da primeira seção, 105.422 (29,7%) aos órgãos julgadores da segunda seção e 126.261 (35,6%) aos órgãos julgadores da terceira seção, responsáveis por julgar feitos relativos ao Direito público, privado e penal respectivamente.

As tabelas abaixo resumem as principais estatísticas de distribuídos no ano.

¹ Considerados 33 ministros.

Processos distribuídos e registrados por unidades da federação

- 2020 -

Meses Unidades da Federação	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL	
													Quantidade	(%)
São Paulo	10.299	10.006	10.089	8.645	10.593	11.317	12.768	12.406	11.237	12.243	11.706	10.275	131.584	37,32
Paraná	1.786	2.516	1.806	1.004	1.104	2.774	2.120	2.158	4.229	5.067	2.626	2.329	29.519	8,37
Rio Grande do Sul	2.602	2.677	2.484	1.705	1.635	3.294	2.534	2.894	2.191	2.325	1.943	2.595	28.879	8,19
Rio de Janeiro	2.255	2.510	2.128	1.642	1.473	1.871	2.702	2.673	2.256	2.072	1.290	1.510	24.382	6,91
Minas Gerais	1.555	1.845	1.911	1.111	1.270	2.151	1.927	1.964	1.813	1.946	1.698	1.844	21.035	5,97
Santa Catarina	1.426	1.659	2.056	1.557	1.362	2.523	2.154	1.573	1.638	2.038	1.317	1.430	20.733	5,88
Distrito Federal	834	1.162	1.399	986	1.062	2.537	2.090	1.856	1.844	1.869	1.427	1.191	18.257	5,18
Goiás	751	667	540	685	813	763	1.072	1.193	1.117	1.015	771	804	10.191	2,89
Mato Grosso do Sul	856	575	542	614	667	773	964	708	773	823	769	665	8.729	2,48
Pernambuco	484	349	637	428	444	594	684	775	795	788	605	587	7.170	2,03
Ceará	448	382	470	468	450	631	685	654	464	566	560	529	6.307	1,79
Mato Grosso	301	528	364	260	205	401	756	545	570	553	549	350	5.382	1,53
Paraíba	328	288	445	362	275	490	438	458	518	501	479	301	4.883	1,38
Sergipe	331	337	374	517	359	501	501	388	388	317	283	298	4.594	1,30
Alagoas	873	358	352	265	320	316	361	300	183	213	328	476	4.345	1,23
Bahia	358	383	252	223	222	308	285	303	337	429	374	476	3.950	1,12
Espírito Santo	547	416	397	281	261	284	310	265	263	256	233	277	3.790	1,07
Maranhão	198	261	237	217	159	192	337	346	207	302	338	342	3.136	0,89
Rio Grande do Norte	129	96	227	168	191	219	340	322	271	365	298	289	2.915	0,83
Pará	249	206	125	112	140	179	205	238	254	193	210	384	2.495	0,71
Amazonas	129	189	144	125	163	233	270	258	283	278	225	196	2.493	0,71
Tocantins	97	170	208	148	183	218	385	211	172	182	216	143	2.333	0,66
Rondônia	201	268	210	202	119	84	128	91	154	219	135	222	2.033	0,58
Piauí	125	127	157	49	60	94	63	156	113	158	105	96	1.303	0,37
Acre	72	95	70	74	109	89	115	83	131	123	103	111	1.175	0,33
Roraima	29	25	23	11	19	35	146	43	47	81	56	30	545	0,15
Amapá	25	36	42	14	23	26	33	27	40	83	64	26	439	0,12
Subtotal	27.288	28.131	27.689	21.873	23.681	32.897	34.373	32.888	32.288	35.005	28.708	27.776	352.597	100,00
Outros Países	181	180	229	96	129	100	130	93	153	132	191	187	1.801	..
Total	27.469	28.311	27.918	21.969	23.810	32.997	34.503	32.981	32.441	35.137	28.899	27.963	354.398	..

Fontes: Secretaria Judiciária; STI (Sistema Justiça).

Notas: Sinal convencional utilizado:

.. Não se aplica dado numérico.

No valor referente a "outros países" estão computadas as cartas rogatórias e as sentenças estrangeiras .

Processos registrados - 2020

Ministro Presidente

Classes de feitos Meses	Ag	AIA	APn	AR	AREsp	CC	CR	EAREsp	Emb Exe	EResp	Exe	Ex Susp	Ex Verd	HC	HD	HDE	IJ	MI	MS	Pet	Prc	PUIL	Rcl	Re Co Ap	REsp	RHC	RMS	RO	RPV	RvCr	SEC	SLS	SS	TP	Total
Janeiro	10		1	9	13.792	12	107	27		31				52	74				25	10			35		126		58			40	16	16	10	14.451	
Fevereiro	15		2	11	12.691	17	98	53		27				251	78				32	12	90		55		203		57		216	27	18	12	6	13.971	
Março	12			10	8.738		131	60		45		1	1	1.086	93		1	130	14	155		20		190	1	17		315	22	12	6	11	11.071		
Abril	7		4	13	4.666	12	41	13		8		1		1.706	55		1	67	4	61		20				12		391	34	13	7	8	7.144		
Mai	26			7	6.895	23	58	71		44	4			1.043	66			117	16	65		71		120		7		210		29	10	6	8.888		
Junho	15			9	11.887	25	37	119		92	1			811	61			250	17	693		57		148		12		152	4	17	11	13	14.431		
Julho	22	1		15	11.742	39	42	39		49		1		985	91	1		84	22	420		62		617	1	85		84	3	18	9	14	14.446		
Agosto	16				8.450	1	30	9		20				427	55			18		150					593		62		96	4	17	5	9.953		
Setembro	18			15	10.892	34	66	119	47	603					84			61	8	81		63				4	36		313	4	23	4	9	12.484	
Outubro	12		1	9	14.075	36	40	140		49	2			554	91	2		93	17	46		54		290	1	43		93	4	20	8	19	15.699		
Novembro	15			7	7.785	15	90	121		62				610	100		1	34	12	48		25		196	2	30		23	5	18	9		9.208		
Dezembro	14		1	2	6.568		94	68		26		1		762	92			5	5	39				301	1	7		85		17	9	4	8.101		
Total	182	1	9	107	118.181	214	834	839	47	1.056	7	4	1	8.287	940	3	3	916	137	1.848		462		2.784	10	426		1.978	147		218	106	100	139.847	

Ministro Vice-Presidente

Classes de feitos Meses	Ag	AIA	APn	AR	AREsp	CC	CR	EAREsp	Emb Exe	EResp	Exe	Ex Susp	Ex Verd	HC	HD	HDE	IJ	MI	MS	Pet	Prc	PUIL	Rcl	Re Co Ap	REsp	RHC	RMS	RO	RPV	RvCr	SEC	SLS	SS	TP	Total
Janeiro	1			1	590	1		4		4				51								1			210	13	3				1			880	
Fevereiro	1			8	579	6		17		12				101					20	1		1	2		123	20	19	1						911	
Março				1	500	8		23		9				133					11	3		1	3		133	47	26						1	899	
Abril			1		299			4		1				47					2	1			1		44	17	2							419	
Mai	3			3	563	10	1	24		7				144	1	1			23				1	6	197	28	37							1.049	
Junho				5	705	7		37		32	1	1		175					11				1	4	152	40	44							1.215	
Julho				1	301	1		11		4		1		83					7	1			5		90	21	13			1			1	541	
Agosto			1	2	386	8		11		6				115					8				6		113	13	12							681	
Setembro	1			2	428	14		44		30				246					17	1		3	6		131	38	18			1		2	1	983	
Outubro	2			1	359	15		28		16	1			199					6	3			5		119	25	75			1		1	1	858	
Novembro	1			5	293	8		25		11		1		122	2				6	5			3		70	18	42							612	
Dezembro			1	3	225	5		29		15		1		79	1				6	2			2		62	20	32						1	484	
Total	9	3	32	5.228	83	1	257		147	2	4			1.495	4	1		117	17			8	43		1.444	300	323	1		3	1	3	2	4	9.532

Fontes: Secretaria Judiciária e STI (Sistema Justiça).

Processos distribuídos e registrados - janeiro a dezembro de 2020

Por órgãos julgadores

Relatores	Distribuídos e Registrados											
	NI	Corte Especial	1ª Seção	2ª Seção	3ª Seção	1ª Turma	2ª Turma	3ª Turma	4ª Turma	5ª Turma	6ª Turma	Total
Ministro Presidente	4.660	5.416	1.534	1.157	459	23.840	24.303	28.763	29.580	9.995	9.871	139.578
Vice-Presidente do STJ	9.532											9.532
Felix Fischer (5)		34			121					8.653		8.808
Francisco Falcão		58	473				5.148					5.679
Nancy Andrighi		42		342				4.365				4.749
Laurita Vaz		27			138						10.446	10.611
João Otávio de Noronha (3)		8			48					3.990		4.046
Humberto Martins (1)												
Maria Thereza de Assis Moura (4)		15										15
Herman Benjamin		35	494				5.161					5.690
Napoleão Nunes Maia Filho (7)		21	508			3.758						4.287
Jorge Mussi (2)		32			102					6.506		6.640
Og Fernandes		48	482				4.874					5.404
Luis Felipe Salomão		21		369					2.890			3.280
Mauro Campbell Marques		19	335				3.321					3.675
Benedito Gonçalves		52	5			5.190						5.247
Raul Araújo		35		420					4.364			4.819
Paulo de Tarso Sanseverino		4		531				4.299				4.834
Isabel Gallotti				104					4.470			4.574
Antonio Carlos Ferreira				320					4.366			4.686
Villas Bôas Cueva				254				4.309				4.563
Sebastião Reis Júnior					159						10.468	10.627
Marco Buzzi				393					4.373			4.766
Marco Aurélio Bellizze				409				4.355				4.764
Assusete Magalhães			451				5.237					5.688
Sérgio Kukina			489			5.244						5.733
Moura Ribeiro				254				4.430				4.684
Regina Helena Costa			482			5.226						5.708
Rogério Schiatti Cruz					164						10.431	10.595
Nefi Cordeiro					26						10.409	10.435
Gurgel de Faria			511			5.101						5.612
Reynaldo Soares da Fonseca					154					10.507		10.661
Ribeiro Dantas					145					10.462		10.607
Antonio Saldanha Palheiro					168						10.411	10.579
Joel Ilan Paciornik					144					10.451		10.595
Presidente da Comissão Gestora de Precedentes (6)	90	1	258	274	54		2	5	6			690
Presidente da 1ª Seção			138									138
Presidente da 2ª Seção				20								20
Presidente da 3ª Seção					68							68
Ministros aposentados					35					1.676		1.711
Total	14.282	5.868	6.160	4.847	1.985	48.359	48.046	50.526	50.049	62.240	62.036	354.398

Fontes: Secretaria Judiciária e STI (Sistema Justiça).

Nos processos do Ministro Presidente no NARER/NUGEP estão computados também os feitos processados pela Corte Especial. Nos processos registrados ao Ministro Presidente, não estão incluídos os Ag/RE, Ag/RMS e Ag/RHC. Em "NI" estão catalogados os feitos que ainda não possuem Órgãos Julgadores.

(1) Ministro Presidente do STJ a partir de 27/8/2020. Corregedor Nacional de Justiça até 27/8/2020. (2) Ministro Vice-Presidente do STJ a partir de 27/8/2020. Corregedor-Geral da Justiça Federal. (3) Ministro Presidente até 27/8/2020. Designado para compor 3ª Seção e 5ª Turma. (4) Ministra Vice-Presidente do STJ e Corregedora-Geral da Justiça Federal conforme Ato da Sessão Plenária de 22/5/2018 até 27/8/2020. Corregedora Nacional de Justiça. (5) Ministro em licença médica de 24/9/2019 a 23/3/2020. (6) Ministro Paulo de Tarso Sanseverino como Presidente da Comissão Gestora de Precedentes conforme Portaria STJ/GP Nº 299 de 19/7/2017. (7) Ministro aposentado a partir de 20/12/2020.

4. Processos Julgados

Em 2020, foram proferidas no STJ 503.699 decisões terminativas, considerando as 129.958 (25,80%) decisões proferidas em recursos internos entre Agravos Regimentais (AgRg), Agravos Internos (AgInt) e Embargos de Declaração (EDcl), o que representou uma redução de 7,30% (39.682) em relação à 2019 e a primeira diminuição da série histórica. Os julgamentos em processo principal apresentaram redução de 11,86% (50.297), interrompendo sequência de cinco anos de crescimento e retornando ao menor valor desde 2015, enquanto os julgamentos em recursos internos continuam em crescimento com aumento de 8,89% (10.615) em 2020 e expansão média de 7,64% anualmente (figura 9). Do total de julgados, 105.192 (20,89%) foram decididos em sessão e 398.507 (79,11%), monocraticamente.

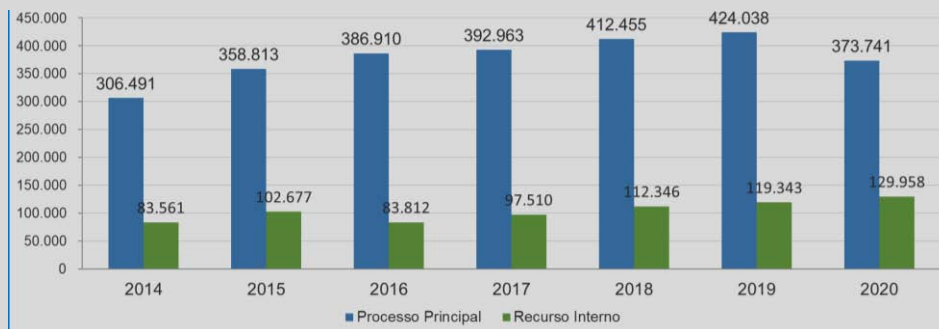


Figura 9. Série histórica das decisões terminativas no Tribunal e decisões em recursos internos (AgInt, AgRg e EDcl) entre 2014 e 2020.

Apesar da redução da quantidade de julgamentos em processos principais (373.741), o volume de julgados ainda supera o de processos distribuídos (354.398) em 5,45% ou 19.343 decisões, o que resulta no cumprimento da meta 1 das Metas Nacionais do Poder Judiciário - julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente (figura 10a). As principais classes de feito julgadas, foram o AREsp 182.221 (48,76%), seguido pelo Habeas Corpus 79.450 (21,26%) e pelo REsp 71.705 (19,19%) (figura 11b).

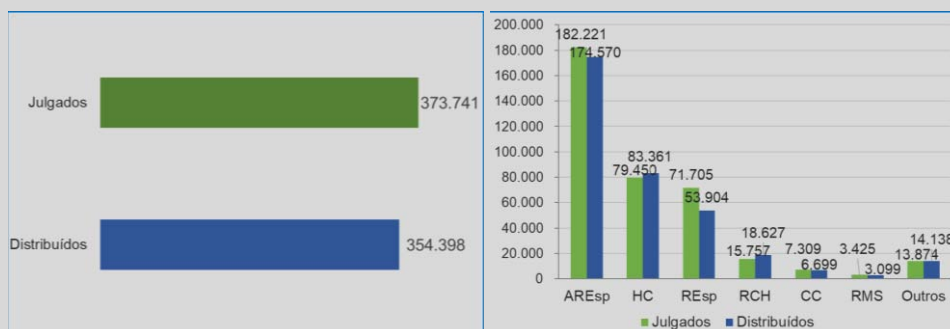


Figura 10(a). À esquerda decisões terminativas e distribuídos em 2020. Figura 10(b). À direita. Decisões terminativas e distribuídos por classe em 2020.

A série histórica das classes de decisões terminativas mostra queda acentuada de 18,70% (41.917) do julgamento dos AREsp, após relativa estabilidade entre 2016 e 2019 (média de 220.104). As decisões dos HC tiveram crescimento de 14,77% (10.227), superando o REsp como segunda classe mais julgada e seguindo inclinação de alta desde 2014 com crescimento médio de 19,61% ao ano. O julgamento dos REsp também apresentou forte queda de 18,47% (16.244) em 2020 continuando a tendência de baixa desde 2017 com queda acumulada de média de 24,11% (Figura 11).



Figura 11. Série histórica dos julgados por principais classes processuais.

Analisando a série histórica dos julgados em processos principais de acordo com os principais ramos de direito, o ramo penal teve crescimento modesto de 1,13% (1.398) em 2020 continuando sua tendência de alta desde 2014 com crescimento médio de 8,24% no período. O ramo civil teve forte queda de 18,25% (29.459) após dois anos de crescimento, sendo o menor valor da série histórica. O administrativo também apresentou redução aguda de 20,68% (16.123) após quatro anos de relativa estabilidade (leve crescimento de 8,10% entre 2016 e 2019). O Tributário teve queda de 13,69% (5.461) retornando ao valor próximo de 2015. O Previdenciário teve diminuição de 5,05% (1.023), seguindo inclinação de queda desde 2016 com redução média de 11,57% nesse período (figura 12).

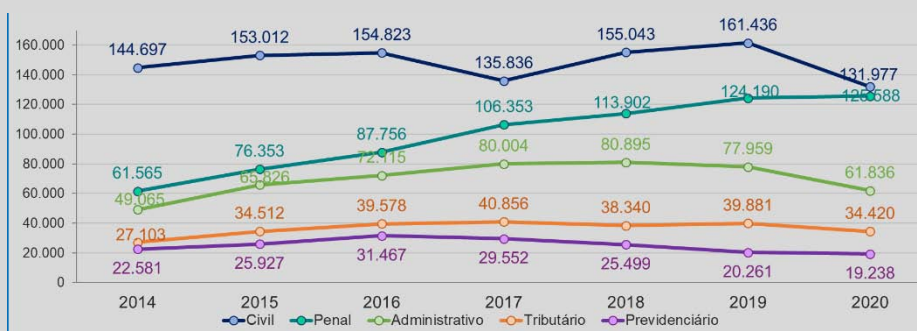


Figura 12. Série histórica das decisões terminativas por ramo de direito

O STJ é a corte responsável por uniformizar a interpretação da lei federal em todo o Brasil. Portanto, ao analisar o teor das decisões, é possível verificar a proporção de julgamentos no país que estão seguindo a interpretação da corte. Analisando os gráficos abaixo, 14,21% (53.119) dos processos enviados ao STJ foram concedidos, ou seja, a maioria das decisões dos tribunais tem seguido a interpretação do STJ. No gráfico à direita, apenas 8,42% (10.944) dos recursos internos foram concedidos, ou seja, 8,42% dos recursos julgados pelo STJ em 2020 modificaram uma decisão prévia da corte.

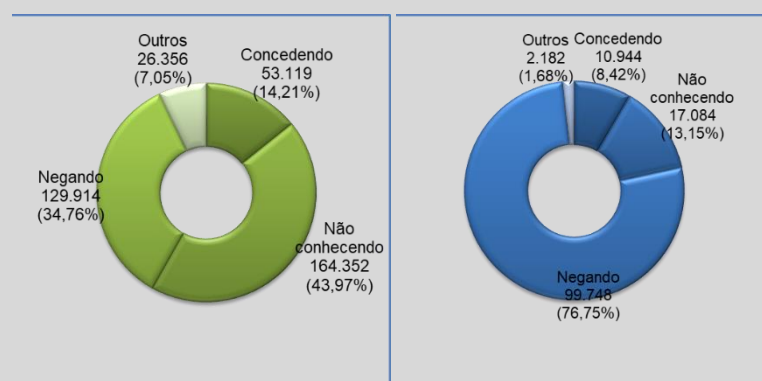


Figura 13(a). À esquerda teor das decisões em processos principais. Figura 13(b) À direita teor das decisões em recursos internos (AgRg, AgInt, EDcl).

As tabelas abaixo mostram em detalhe o julgamento dos processos por ministros, seções e turmas.

Decisões colegiadas e monocráticas terminativas - janeiro a dezembro de 2020

Por órgãos julgadores

Relatores	Decisões colegiadas											Decisões monocráticas (B)	Subtotal C=A+B	Liminares (D)	Decisões interlocutórias (E)	Total geral (C+D+E)
	Corte Especial	1ª Seção	2ª Seção	3ª Seção	1ª Turma	2ª Turma	3ª Turma	4ª Turma	5ª Turma	6ª Turma	Total (A)					
Ministro Presidente	145			1					5		151	148.264	148.415	9.621	6.550	164.586
Ministro Vice-Presidente	2.918	2		2					88	63	3.073	917	3.990	13	399	4.402
Felix Fischer (5)	43			17					2.478		2.538	8.603	11.141	4.882	198	16.221
Francisco Falcão	85	180				3.432					3.697	6.475	10.172	28	424	10.624
Nancy Andrighi	85		138				4.087				4.310	7.109	11.419	188	351	11.958
Laurita Vaz	74			69						2.306	2.449	9.444	11.893	5.114	162	17.169
João Otávio de Noronha (3)	4			13							411	1.858	2.269	2.304	55	4.628
Humberto Martins (1)															1	1
Maria Thereza de Assis Moura (4)	53										53	34	87	1	6	94
Herman Benjamin	102	192				4.178					4.472	6.362	10.834	36	624	11.494
Napoleão Nunes Maia Filho (7)	126	221			5.042						5.389	9.229	14.618	300	513	15.431
Jorge Mussi (2)	36			14						1.251	1.301	6.099	7.400	3.010	182	10.592
Og Fernandes	106	149				3.133					3.388	7.643	11.031	149	216	11.396
Luis Felipe Salomão	38		134						3.013		3.185	6.373	9.558	209	352	10.119
Mauro Campbell Marques	56	160				2.977					3.193	6.299	9.492	41	303	9.836
Benedito Gonçalves	47	156			4.310						4.513	8.063	12.576	26	1.262	13.864
Raul Araújo	90		79					3.168			3.337	7.241	10.578	144	425	11.147
Paulo de Tarso Sanseverino	10		105				3.849				3.964	7.928	11.892	112	428	12.432
Isabel Gallotti			58						3.456		3.514	7.602	11.116	96	105	11.317
Antonio Carlos Ferreira			167						3.761		3.928	6.443	10.371	140	466	10.977
Villas Bôas Cueva			141				3.160				3.301	6.874	10.175	126	279	10.580
Sebastião Reis Júnior				54						1.728	1.782	8.637	10.419	4.400	342	15.161
Marco Buzzi			133						4.181		4.314	8.943	13.257	195	385	13.837
Marco Aurélio Bellizze			136				3.483				3.619	7.293	10.912	291	213	11.416
Assusete Magalhães		147				3.330					3.477	7.903	11.380	82	137	11.599
Sérgio Kukina		198			3.374						3.572	8.224	11.796	94	166	12.056
Moura Ribeiro			113				3.479				3.592	7.357	10.949	116	338	11.403
Regina Helena Costa		174			3.712						3.886	8.115	12.001	104	202	12.307
Rogério Schiatti Cruz				48						2.216	2.264	10.145	12.409	3.748	190	16.347
Nefi Cordeiro				18						2.849	2.867	10.375	13.242	5.127	267	18.636
Gurgel de Faria		190			3.500						3.690	9.602	13.292	101	249	13.642
Reynaldo Soares da Fonseca				43						2.895	2.938	11.200	14.138	3.950	330	18.418
Ribeiro Dantas				80						2.458	2.538	10.144	12.682	4.419	216	17.317
Antonio Saldanha Palheiro				53						2.195	2.248	10.147	12.395	5.383	352	18.130
Joel Ilan Paciornik				57						2.879	2.936	9.455	12.391	5.860	432	18.683
Presidente da Comissão Gestora de Precedentes (6)												12	12		37	49
Presidente da 1ª Seção												117	117	74	581	772
Presidente da 2ª Seção												11	11		10	21
Presidente da 3ª Seção				764							764	198	962	32	1.055	2.049
Presidente da 6ª Turma															1	1
Ministros aposentados				4		1				533	538	1.769	2.307	663	51	3.021
Total	4.018	1.769	1.204	1.237	19.938	17.051	18.058	17.579	12.981	11.357	105.192	398.507	503.699	61.179	18.855	583.733

Fontes: Coordenadorias: Corte Especial, Seções e Turmas; Gabinetes de Ministros; NARER e STI (Sistema Justiça).

Nota: Nos processos julgados estão incluídos 71.788 AgInt, 19.635 AgRg e 38.535 EDcl, totalizando 129.958 feitos no ano. Nos processos do ministro presidente estão incluídos os feitos de sua competência e as decisões decorrentes do disposto no art. 21, XIII, letra "c" do RISTJ.

(1) Ministro Presidente do STJ a partir de 27/8/2020. Corregedor Nacional de Justiça até 27/8/2020. (2) Ministro Vice-Presidente do STJ a partir de 27/8/2020. Corregedor-Geral da Justiça Federal. (3) Ministro Presidente até 27/8/2020. Designado para compor 3ª Seção e 5ª Turma. (4) Ministra Vice-Presidente do STJ e Corregedora-Geral da Justiça Federal conforme Ato da Sessão Plenária de 22/5/2018 até 27/8/2020. Corregedora Nacional de Justiça. (5) Ministro em licença médica de 24/9/2019 a 23/3/2020. (6) Ministro Paulo de Tarso Sanseverino como Presidente da Comissão Gestora de Precedentes conforme Portaria STJ/GP Nº 299 de 19/7/2017. (7) Ministro aposentado a partir de 20/12/2020.

Decisões e despachos proferidos pelos ministros presidente e vice-presidente - 2020

Ministro Presidente

Classes de feitos Meses	Ag	AgInt	AgRg	AIA	APn	AR	ARE	AREsp	CC	Com	CR	Emb Ac	EAREsp	EDcl	Emb Exe	EREsp	Ex Susp	Ex Verd	Exe	HC	HD	HDE	IF	IJ	Inq	MI	MS	Pet	Prc	PUI L	Queb Sig	Rcl	RE	Re Co Ap	REsp	RHC	RMS	RO	RPV	RvC r	Sd	SE	SEC	SIR DR	SLS	SS	TP	Total
	Janeiro	8	51	9		1	11		1.450	328		30		12	211		16		252	4.018	41	3				40	32	173		84	4	42	692	87	5	77					16	10	39	7.742				
Fevereiro	16	321	35		3	17	1	22.307	44		518		168	991		129			481		549				44	23	88		93	13	667	8	3	3	603	76		9			31	22	15	27.278				
Março	21	234	92		1	20	3	17.071	14		510		97	1.224		84	1	3	1.099		502			1	141	22	86		72	8	843	5	197	6	243	64	16	1		32	14	22	22.749					
Abril	7	137	26		6	17		9.579	22		198		35	952		33	1	1	1.897		264			2	92	13	75		38	2	457		93		175	50	5	1		18	9	26	14.231					
Mai	5	209	32		1	10	4	8.985	29		202		12	801	3	9	1	1	1.107		376		1		130	21	71		92	9	286		64	1	313	22	10			36	9	9	12.861					
Junho	23	404	24			11	2	10.890	52		151		102	1.024		53		1	811		419				300	45	47		115	9	463		69	2	259	7	8	2		22	15	27	15.357					
Julho	17	98	6		4	14		3.915	452		49	3	3	329		2		3	6.057		34				124	48	41		117	3	1	414	816	18	1	215	7	2		1	13	6	47	12.860				
Agosto	30	198	34	1		25	3	16.332	40		406		113	881		107	1		569		650		1		124	39	450		99	9	1.038	1	184	1	178	6	21	1		40	13	9	21.604					
Setembro	22	95	22		1	25		10.928	54	1	339		36	662		28			609		521				107	34	82		107	2	787		81	1	123	6	11	1		24	7	14	14.730					
Outubro	12	142	47		1	13		12.814	60		273		260	830		144			542		374	1		1	107	53	69		80	2	396		108	1	161	3	10			36	9	26	16.575					
Novembro	8	105	34			14	7	10.929	42		314		145	535		82			381		346			1	50	27	28		66		373		91		105	5	7			20	11	21	13.747					
Dezembro	16	89	69			14		8.971	102		220		87	688		35	2		2.696		239				71	39	44		58	1	468	323	113	1	104	4	8			33	12	23	14.530					
Total	185	2.083	430	1	18	191	20	134.171	1.239	1	3.210	3	1.070	9.128	3	722	6	2	259	20.267	41	4.277	1	2	5	1.330	396	1.254		1.021	62	1	6.234	1.845	1.108	22	2.479	327	107	6	1	321	137	278	194.264			

Nota: No total estão computadas: 249 decisões e despachos da Ministra Maria Thereza de Assis Moura, e também 63 decisões e despachos do Ministro Nefi Cordeiro proferidos no exercício da Presidência.

Ministra Vice-Presidente

Classes de feitos Meses	Ag	AgInt	AgRg	AIA	APn	AR	ARE	AREsp	CC	Com	CR	Emb Ac	EAREsp	EDcl	Emb Exe	EREsp	Ex Susp	Ex Verd	Exe	HC	HD	HDE	IF	IJ	Inq	MI	MS	Pet	Prc	PUI L	Queb Sig	Rcl	RE	Re Co Ap	REsp	RHC	RMS	RO	RPV	RvC r	Sd	SE	SEC	SIR DR	SLS	SS	TP	Total	
	Janeiro		2	1		2		23	40					1	3					3	2						6							205		4	1		53										
Fevereiro		84	32		2		109	63					2	80					2	3				1		3	1				1	1.058		20	2	1	101			1									1.566
Março		149	52		1	1	193	360	1				3	116		4			1	5				2		2	1					1.067		215		1	159										1	2.334	
Abril		254	4		2		99	122					4	76		3				6						8						299		16	1	1	57											952	
Mai		256	191		2		258	95	1					122		5				2						2						580		67	4	1	163									1	1.750		
Junho		242	78		1		185	46	1				4	189		6				6	1					2					1036		15		2	181											1.995		
Julho		15	6		1		30	35					3	22		4				11						8						391		16	1	2	108											653	
Agosto		219	121				233	77					10	168		4				28		1				5						567		51	6	9	83			1								1.583	
Setembro		20	20				98	47					5	44		1			1	2						6					1	548		12	1	2	288								2			1.098	
Outubro		236	32		1	1	196	15					9	85		7			2	1		4				1	2				710		18	1		176							1	1	1		1.500		
Novembro		147	17			1	110	27					7	80		2	1		1	4							2				2	512		7		172			1						1		1.094		
Dezembro	3	294	217			1	284	38	2				10	169		10			2	8						3	2		1		1	735		18	6	3	89									2	1.898		
Total	3	1.918	771		12	4	1.818	965	5				58	1.154		46	1	12	78	1	5		3		46	8		1	1	4	7.708		459	23	22	1.630			3			3	2	5	16.769				

Fontes: Assessoria Especial da Presidência; CREX; NURER; STI (BI).

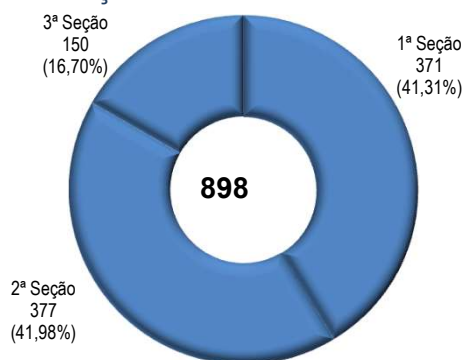
Total de decisões: 175.849.

Total de despachos: 35.184.

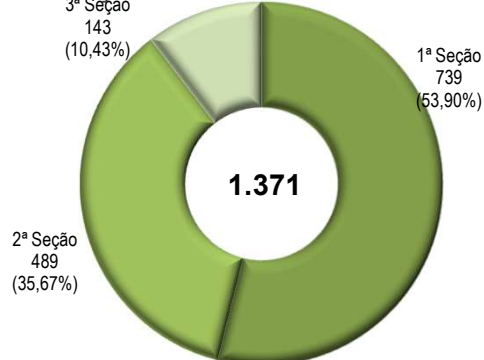
Cartas de Sentença extraídas: 899.

Distribuição e julgamento nas seções

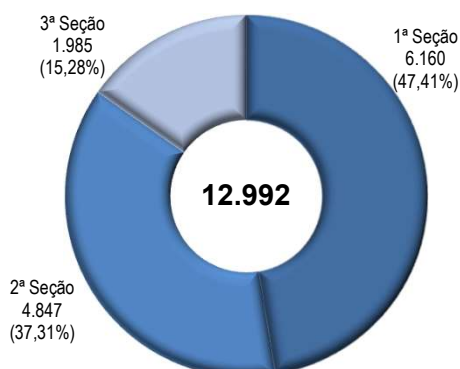
Distribuídos nas Seções - dezembro de 2020



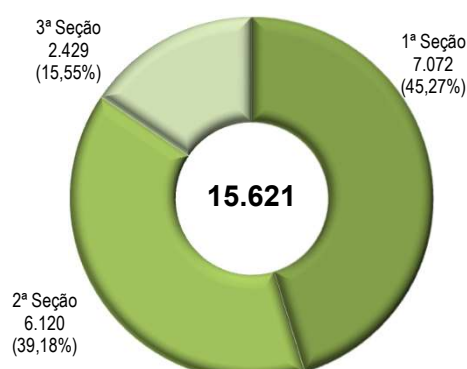
Julgados nas Seções - dezembro de 2020



Distribuídos nas Seções - janeiro a dezembro de 2020

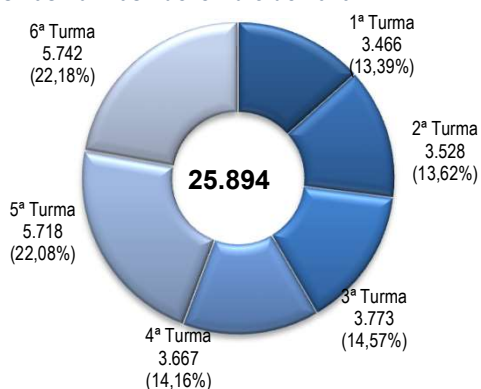


Julgados nas Seções - janeiro a dezembro de 2020

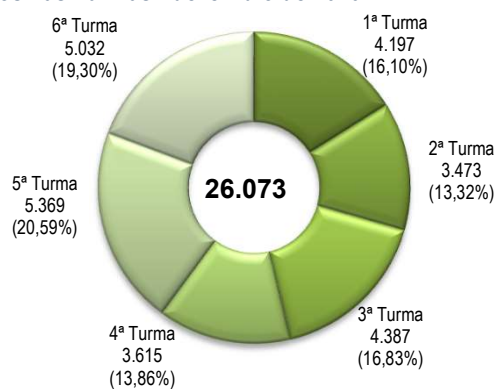


Distribuição e julgamento nas turmas

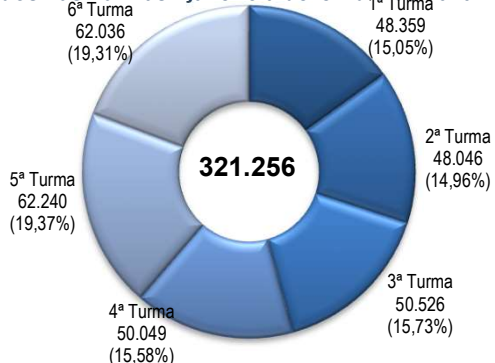
Distribuídos nas Turmas - dezembro de 2020



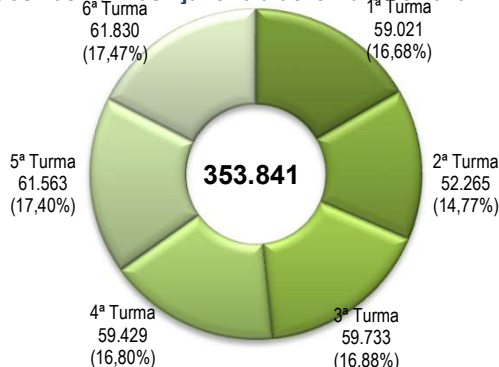
Julgados nas Turmas - dezembro de 2020



Distribuídos nas Turmas - janeiro a dezembro de 2020



Julgados nas Turmas - janeiro a dezembro de 2020



Fontes: Secretaria Judiciária; Coordenadorias: Seções e Turmas; Gabinetes de Ministros; NARER e STI (BI,Sistema Justiça).

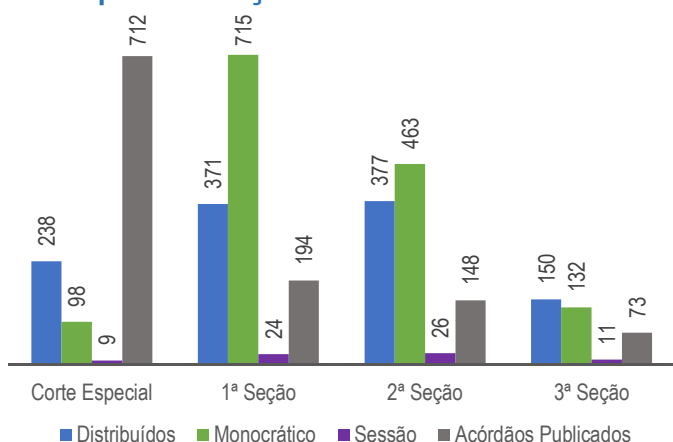
Nota: Nos processos julgados não estão incluídos:

No mês de dezembro: 4.878 Agravos Internos, 1.744 Agravos Regimentais e 2.459 Embargos de Declaração totalizando 9.081 feitos;

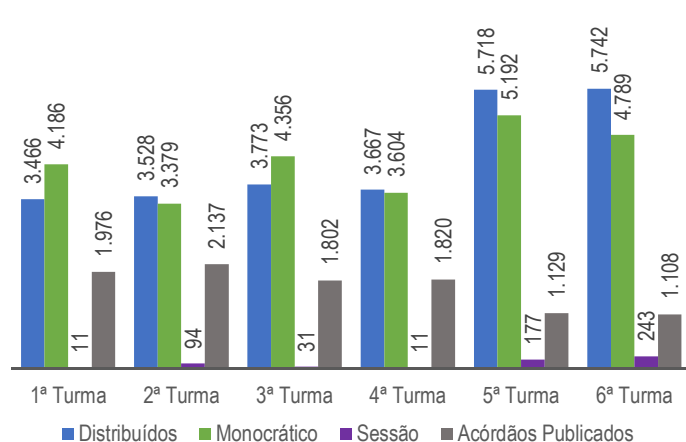
No período de janeiro a dezembro: 71.788 Agravos Internos, 19.635 Agravos Regimentais e 38.535 Embargos de Declaração totalizando 129.958 feitos.

Processos distribuídos, registrados, julgados e acórdãos publicados - 2020

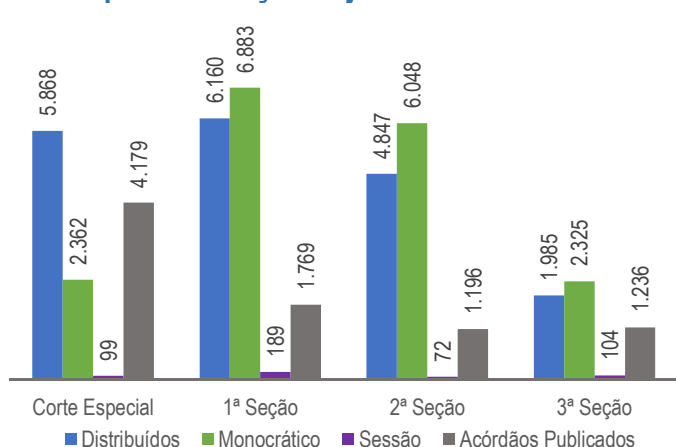
Corte Especial e Seções - dezembro de 2020



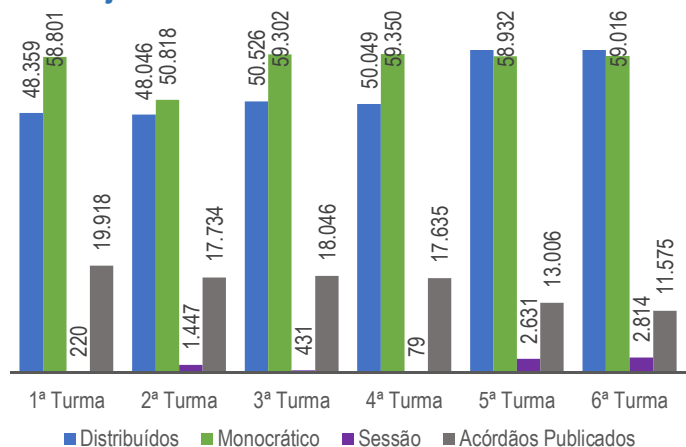
Turmas - dezembro de 2020



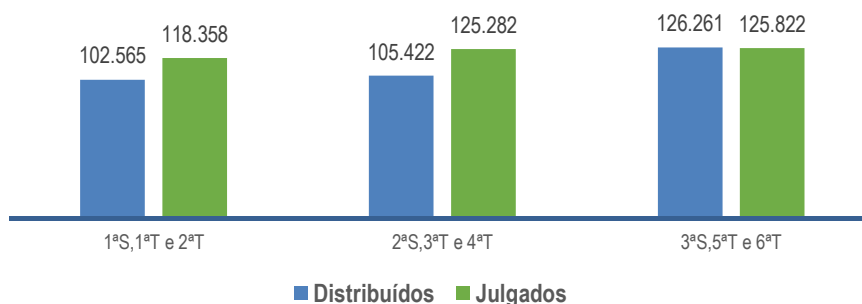
Corte Especial e Seções - janeiro a dezembro



Turmas - janeiro a dezembro



Processos distribuídos e julgados nas seções e respectivas turmas - janeiro a dezembro



Fontes: Secretaria Judiciária; Coordenadorias: Corte Especial, Seções e Turmas; Gabinetes de Ministros; NARER e STI (Sistema Justiça).

Notas: Nos processos da Corte Especial estão incluídos os processos distribuídos e decididos monocraticamente referentes a processos registrados de competência exclusiva da ministra presidente processados no âmbito do referido órgão julgador.

Nos processos julgados não estão incluídos 4.878 Agravos Internos, 1.744 Agravos Regimentais e 2.459 Embargos de Declaração, totalizando 9.081 feitos no mês e 71.788 Agravos Internos, 19.635 Agravos Regimentais e 38.535 Embargos de Declaração, totalizando 129.958 feitos no ano.

Nos dados acima estão computados os acordãos dos recursos internos (AgInt, AgRg e Edcl)

Teor das decisões

janeiro a dezembro de 2020

Classes de feitos	Concedendo		Não concedendo		Negando		Outros		Total
	QTD	%	QTD	%	QTD	%	QTD	%	
Processo principal									
Agravo em Recurso Especial (AREsp)	7.267	4,0%	124.910	68,5%	43.847	24,1%	6.197	3,4%	182.221
Habeas Corpus (HC)	17.437	21,9%	17.602	22,2%	42.978	54,1%	1.433	1,8%	79.450
Recurso Especial (REsp)	24.445	34,1%	17.170	23,9%	22.187	30,9%	7.903	11,0%	71.705
Recurso em Habeas Corpus (RHC)	1.676	10,6%	1.547	9,8%	12.102	76,8%	432	2,7%	15.757
Conflito de Competência (CC)	207	2,8%	766	10,5%	173	2,4%	6.163	84,3%	7.309
Recurso em Mandado de Segurança (RMS)	294	8,6%	865	25,3%	2.077	60,6%	189	5,5%	3.425
Reclamação (Rcl)	49	2,4%	581	28,6%	825	40,6%	575	28,3%	2.030
Embargos de Divergência em Agravo em Recurso Especial (EAREsp)	66	3,3%	102	5,1%	1.781	89,2%	48	2,4%	1.997
Embargos de Divergência em Recurso Especial (EREsp)	124	8,6%	112	7,7%	1.158	79,9%	55	3,8%	1.449
Mandado de Segurança (MS)	52	3,6%	22	1,5%	1.000	69,8%	358	25,0%	1.432
Requisição de Pequeno Valor (RPV)	26	2,3%			1	0,1%	1.113	97,6%	1.140
Homologação de Decisão Estrangeira (HDE)	767	87,5%	1	0,1%	17	1,9%	92	10,5%	877
Carta Rogatória (CR)	406	60,6%			6	0,9%	258	38,5%	670
Precatório (Prc)	34	5,1%			2	0,3%	631	94,6%	667
Petição (Pet)	38	5,7%	123	18,5%	394	59,2%	110	16,5%	665
Pedido de Tutela Provisória (TP)	49	7,5%	71	10,9%	415	63,8%	115	17,7%	650
Ação Rescisória (AR)	23	6,2%	42	11,3%	175	47,2%	131	35,3%	371
Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei (PUIL)	15	5,0%	142	47,7%	115	38,6%	26	8,7%	298
Execuções (Exe)	13	4,9%			6	2,2%	249	92,9%	268
Suspensão de Liminar e de Sentença (SLS)	57	21,8%	54	20,7%	94	36,0%	56	21,5%	261
Revisão Criminal (RvCr)	1	0,4%	26	10,1%	227	88,3%	3	1,2%	257
Agravo de Instrumento (Ag)	13	5,8%	179	79,9%	16	7,1%	16	7,1%	224
Suspensão de Segurança (SS)	15	12,4%	26	21,5%	62	51,2%	18	14,9%	121
Habeas Data (HD)			4	3,7%	101	94,4%	2	1,9%	107
Embargos de Execuções (EmbExe)					1	1,0%	98	99,0%	99
Medida Cautelar (MC)	1	1,5%	1	1,5%	56	83,6%	9	13,4%	67
Mandado de Injunção (MI)					11	35,5%	20	64,5%	31
Ação Penal (APn)	5	18,5%			16	59,3%	6	22,2%	27
Medidas investigatórias sobre organizações criminosas (MISOC)					20	80,0%	5	20,0%	25
Inquérito (Inq)	3	12,0%			7	28,0%	15	60,0%	25
Sindicância (Sd)	3	15,0%			4	20,0%	13	65,0%	20
Sentença Estrangeira (SE)	16	88,9%			1	5,6%	1	5,6%	18
Exceção de Suspeição (ExSusp)					12	80,0%	3	20,0%	15
Interpelação Judicial (IJ)	1	9,1%			9	81,8%	1	9,1%	11
Sentença Estrangeira Contestada (SEC)	6	66,7%			2	22,2%	1	11,1%	9
Restituição de Coisas Apreendidas (ReCoAp)	6	66,7%			2	22,2%	1	11,1%	9
Embargos do Acusado (EmbAc)	1	14,3%			3	42,9%	3	42,9%	7
Conflito de Atribuições (CAT)			3	60,0%	2	40,0%			5
Recurso Ordinário (RO)			2	50,0%	2	50,0%			4
Pedido de Busca e Apreensão Criminal (PBAC)	2	50,0%			1	25,0%	1	25,0%	4
Embargos de Divergência em Agravo de Instrumento (Eag)			1	25,0%	3	75,0%			4
Intervenção Federal (IF)							2	100,0%	2
Cautelar Inominada Criminal (CaulnomCrim)							2	100,0%	2
Suspensão em Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (SIRDR)					1	100,0%			1
Incidente de Deslocamento de Competência (IDC)					1	100,0%			1
Exceção de Impedimento (ExImp)							1	100,0%	1
Ped. de Quebra de Sigilo de Dados (QuebSig)	1	100,0%							1
Ação de Improbidade Administrativa (AIA)							1	100,0%	1
Exceção da Verdade (ExVerd)					1	100,0%			1
Total	53.119	14,2%	164.352	44,0%	129.914	34,8%	26.356	7,1%	373.741
Recursos internos									
Agravo Interno (AgInt)	4.459	6,2%	13.186	18,4%	52.363	72,9%	1.780	2,5%	71.788
Embargos de Declaração (EDcl)	5.185	13,5%	1.233	3,2%	31.840	82,6%	277	0,7%	38.535
Agravo Regimental (AgRg)	1.300	6,6%	2.665	13,6%	15.545	79,2%	125	0,6%	19.635
Total Geral	64.063	12,7%	181.436	36,0%	229.662	45,6%	28.538	5,7%	503.699

Fontes: Secretaria de Processamento de Feitos, Gabinetes de Ministros, NARER e STI (BI).

Processos distribuídos, julgados e pendentes de 1º julgamento

Período: 7/4/1989 a 31/12/2020

Processo Ano	Distribuídos (B)	Julgados						Pendentes	
		Processo principal (C)	AgInt (D)	AgRg (E)	EDcl (F)	Total de julgados (C+D+E+F)	Percentual em relação ao ano anterior	Valor absoluto (B-C)	(%) ((B-C) / B)
1989	6.103	3.550		90	71	3.711	...	2.553	41,83%
1990	14.087	10.829		507	406	11.742	216,41%	3.258	23,13%
1991	23.368	17.527		1.139	601	19.267	64,09%	5.841	25,00%
1992	33.872	28.673		1.926	829	31.428	63,12%	5.199	15,35%
1993	33.336	31.295		2.372	1.438	35.105	11,70%	2.041	6,12%
1994	38.751	39.034		2.378	1.620	43.032	22,58%	-364	-0,94%
1995	68.727	57.338		3.245	1.749	62.332	44,85%	11.238	16,35%
1996	77.188	71.122		4.263	2.244	77.629	24,54%	5.910	7,66%
1997	96.526	91.263		7.095	3.696	102.054	31,46%	5.113	5,30%
1998	92.237	85.694		10.591	5.182	101.467	-0,58%	6.413	6,95%
1999	118.977	116.024		7.441	4.577	128.042	26,19%	2.953	2,48%
2000	150.791	136.180		11.741	6.243	154.164	20,40%	14.558	9,65%
2001	184.743	179.364		13.952	5.297	198.613	28,83%	5.114	2,77%
2002	156.220	149.722		14.852	7.406	171.980	-13,41%	6.237	3,99%
2003	226.440	189.778		17.853	9.368	216.999	26,18%	36.662	16,19%
2004	215.411	203.041		27.164	11.104	241.309	11,20%	12.370	5,74%
2005	211.128	222.529		32.770	16.129	271.428	12,48%	-11.401	-5,40%
2006	251.932	222.245		26.346	13.752	262.343	-3,35%	28.775	11,42%
2007	313.365	277.810		35.864	16.583	330.257	25,89%	35.554	11,35%
2008	271.521	274.247		51.195	28.600	354.042	7,20%	-2.726	-1,00%
2009	292.103	254.955		48.437	25.326	328.718	-7,15%	37.148	12,72%
2010	228.981	248.625		55.904	25.754	330.283	0,48%	-19.644	-8,58%
2011	290.811	248.237		46.339	22.529	317.105	-3,99%	42.664	14,67%
2012	289.524	287.293		59.838	24.487	371.618	17,19%	2.231	0,77%
2013	309.678	274.465		56.483	23.895	354.843	-4,51%	35.212	11,37%
2014	314.316	306.491		59.915	23.646	390.052	9,92%	7.825	2,49%
2015	332.905	358.813		76.106	26.571	461.490	18,32%	-25.908	-7,78%
2016	335.779	386.910	26.282	34.551	22.979	470.722	2,00%	-51.131	-15,23%
2017	327.129	392.963	55.123	15.326	27.061	490.473	4,20%	-65.834	-20,12%
2018	348.416	412.455	62.752	16.724	32.870	524.801	7,00%	-64.039	-18,38%
2019	374.366	424.038	68.341	15.518	35.484	543.381	3,54%	-49.672	-13,27%
2020	354.398	373.741	71.788	19.635	38.535	503.699	-7,30%	-19.343	-5,46%
Total	6.383.129	6.376.251	284.286	777.560	466.032	7.904.129

Fontes: Secretaria Judiciária, Secretaria de Processamento de Feitos, Gabinetes de Ministros, NARER e STI (Sistema Justiça).

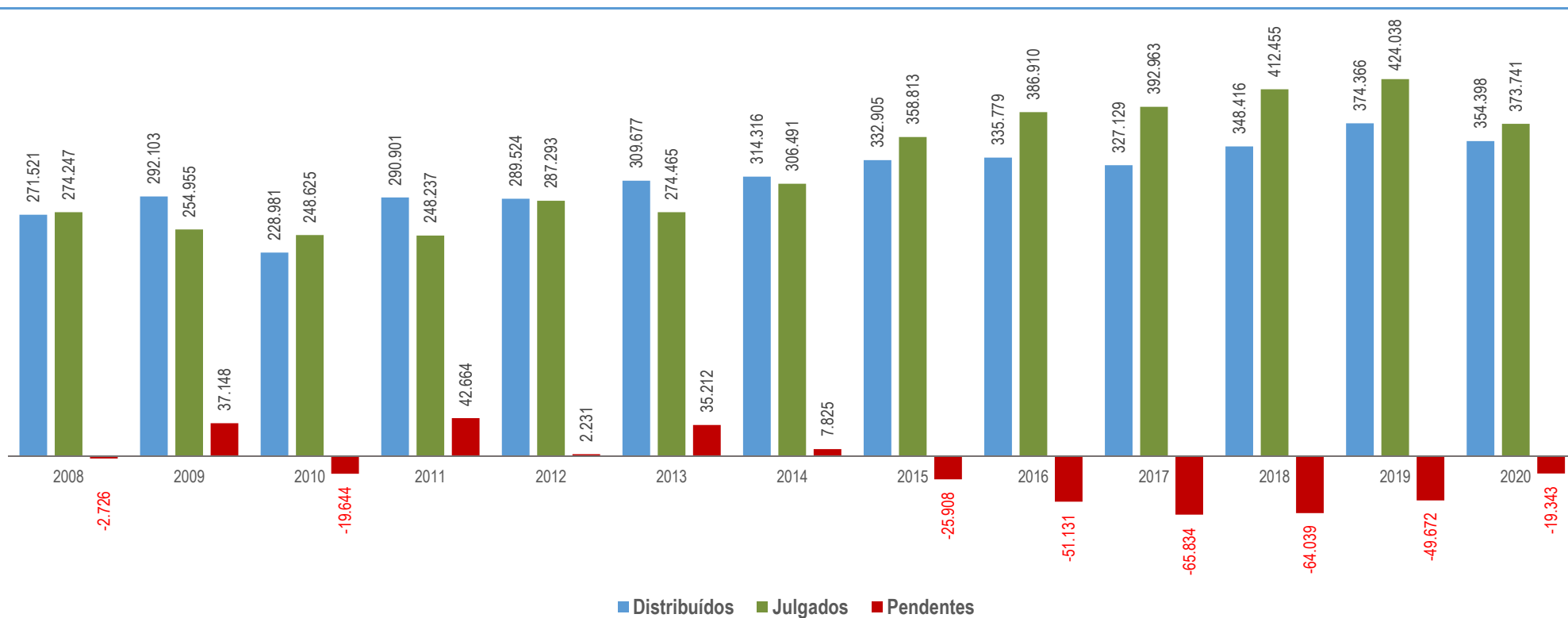
Notas: Sinal convencional utilizado:

.. Não se aplica dado numérico.

Os números negativos em 1994, 2005, 2008, 2010, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020 são decorrentes de processos distribuídos em períodos anteriores e que foram julgados nos citados anos.

Processos distribuídos, julgados e pendentes de 1º julgamento

Período: 01/01/2008 a 31/12/2020



Fontes: Secretaria Judiciária; Coordenadorias: Corte Especial, Seções e Turmas; Gabinetes de Ministros; NARER e STI (Sistema Justiça).

Nota: Os números negativos em 2008, 2010, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020 são decorrentes de processos distribuídos em períodos anteriores e que foram julgados nos citados anos.

Nos processos julgados não estão incluídos no período: 284.286 Agravos Internos, 555.971 Agravos Regimentais e 357.737 Embargos de Declarações, totalizando, 1.197.994 feitos.



Recursos repetitivos - janeiro a dezembro de 2020 -

Temas Relatores	Temas repetitivos (CPC, Art. 1.037)				Controvérsias (CPC, Art. 1.036)		
	Afetados (aguardando julgamento)	Julgados	Acórdãos publicados	Revisados (5)	Aguardando manifestação	Canceladas	Afetadas ao repetitivo
Ministro Presidente							
Felix Fischer						2	
Francisco Falcão		1	1		5	4	
Nancy Andrighi	1	1	1		3	3	
Laurita Vaz	2				1		1
João Otávio de Noronha (3)					1	1	
Humberto Martins (1)							
Maria Thereza de Assis Moura (4)							
Herman Benjamin	4	4	4		5		3
Napoleão Nunes Maia Filho	5	1			4	1	4
Jorge Mussi (2)					1		
Og Fernandes	1	12	12	5	3		
Luis Felipe Salomão		1			3	7	
Mauro Campbell Marques	2				3	1	1
Benedito Gonçalves	1				1		1
Raul Araújo	2				5		2
Paulo de Tarso Sanseverino	1				1	3	1
Isabel Gallotti	1				3	1	1
Antonio Carlos Ferreira	1	2	1		1	1	1
Villas Bôas Cueva	3	2	2		2	1	3
Sebastião Reis Júnior							
Marco Buzzi	1	1	1		2	2	1
Marco Aurélio Bellizze	2				4	3	1
Assusete Magalhães	2				1	1	2
Sérgio Kukina	3	2	2		5		3
Moura Ribeiro	1				1	1	1
Regina Helena Costa	4				1	3	1
Rogério Schietti Cruz	2	1	2	1		2	1
Nefi Cordeiro					1		
Gurgel de Faria	1	2	2		1	3	1
Reynaldo Soares da Fonseca					1	2	
Ribeiro Dantas						2	
Antonio Saldanha Palheiro	1						1
Joel Ilan Paciornik					1		
Total	41	30	28	6	60	44	30

Fonte: Núcleo de Gerenciamento de Precedentes.

Notas: **Total de processos sobrestados na origem por temas do STJ: 2.525.644.**

(Fonte: http://paineis.cnj.jus.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=qvw_I%2FPainelCNJ.qvw&host=QVS%40neodimio03&anonymous=true&sheet=shDRGraficos)

Mais informações sobre recursos repetitivos e IAC consulte o link: http://www.stj.jus.br/repetitivos/temas_repetitivos/

(*) Contabilizada uma única vez por ter dois relatores na controvérsia.

(1) Ministro Presidente a partir de 27/8/2020. Ministro Corregedor Nacional de Justiça até 27/8/2020. (2) Ministro Vice-Presidente do STJ a partir de 27/8/2020. Ministro Corregedor-Geral da Justiça Federal. (3) Ministro Presidente até 27/8/2020. Designado para compor 3ª Seção e 5ª Turma. (4) Ministra Vice-Presidente até 27/8/2020. Ministra Corregedora-Geral da Justiça Federal conforme Ato da Sessão Plenária de 22/5/2018. (5) Revisão de tema repetitivo. Art. 927, §§ 2º a 4º, do CPC/2015 e art. 256-S ao art. 256-V, do RISTJ.

5. Recursos internos protocolizados

Das decisões do STJ proferidas em 2020, foram protocolizadas 137.461 petições de recursos internos, entre Agravos Internos (AgInt), Agravos Regimentais (AgRg), Embargos de Declaração (EDcl) e Embargos de Divergência (EDv). Quanto aos recursos externos, que incluem os Agravos em Recurso Extraordinário (ARE), Recurso Extraordinário (RE) e Recurso Ordinário (RO), foram protocoladas 10.403 petições desde janeiro. O cálculo da taxa de recorribilidade, que apura a razão entre a quantidade de petições de recursos internos e a quantidade de decisões colegiadas e monocráticas do ano, entrega para o período a taxa de 27,3%, recorde histórico desde 2013 e valor 2,5 pontos percentuais maior do que o ano passado, seguindo tendência de alta nos últimos três anos com crescimento acumulado de 5,4 pontos percentuais. A Figura 9 ilustra o histórico da taxa de recorribilidade nos últimos anos.

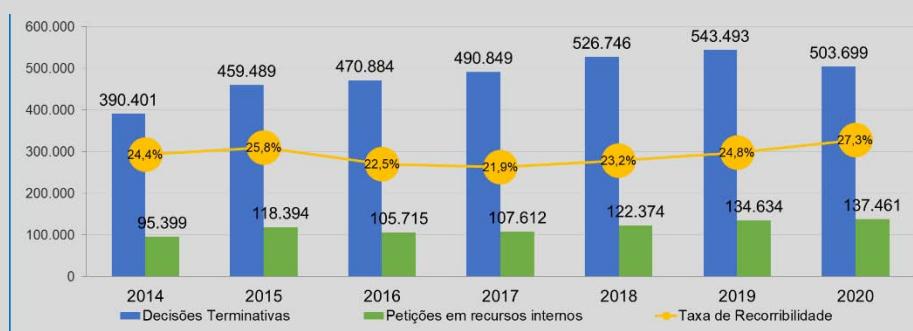


Figura 14. Série histórica da taxa de recorribilidade do STJ.

A tabela abaixo detalha as petições protocoladas por ministro e por classe de recurso.

Petições protocolizadas de recursos internos e externos - janeiro a dezembro de 2020 -

Tipos de recursos Relatores	Recursos internos					Recursos externos				Total (A + B)
	Agravo Interno	Agravo Regimental	Embargos de Declaração	Embargos de Divergência	Subtotal (A)	Agravo em Recurso Extraordinário	Recurso Extraordinário	Recurso Ordinário	Subtotal (B)	
Ministro Presidente	4.930	505	6.039	916	12.390	33	148	50	231	12.621
Ministro Vice-Presidente	3.025	2.588	3.720	132	9.465	1.804	6.362	1.625	9.791	19.256
Felix Fischer (5)	48	2.121	428	45	2.642		4	1	5	2.647
Francisco Falcão	2.852	28	1.174	107	4.161		19	2	21	4.182
Nancy Andrighi	3.099	15	1.388	90	4.592		14	1	15	4.607
Laurita Vaz	78	1.586	339	80	2.083		8	1	9	2.092
João Otávio de Noronha (3)	41	948	264	59	1.312		5	2	7	1.319
Humberto Martins (1)										
Maria Thereza de Assis Moura (4)	14		12	12	38		1		1	39
Herman Benjamin	2.815	12	1.395	89	4.311	1	22		23	4.334
Napoleão Nunes Maia Filho (8)	3.593	7	1.581	85	5.266	2	23	4	29	5.295
Jorge Mussi (2)	72	658	182	55	967		1	1	2	969
Og Fernandes	2.945	41	1.153	80	4.219		12		12	4.231
Luis Felipe Salomão	2.425	14	1.071	52	3.562	1	7		8	3.570
Mauro Campbell Marques	2.243	13	1.045	56	3.357		17		17	3.374
Benedito Gonçalves	3.548	24	1.562	78	5.212		10		10	5.222
Raul Araújo	3.218	29	1.310	96	4.653		8		8	4.661
Paulo de Tarso Sanseverino	3.424		1.264	47	4.735		8		8	4.743
Isabel Gallotti	3.520		1.491	6	5.017	1	8		9	5.026
Antonio Carlos Ferreira	3.105		1.262	63	4.430		11		11	4.441
Villas Bôas Cueva	3.433	1	1.442	58	4.934	1	12		13	4.947
Sebastião Reis Júnior	8	1.679	344	23	2.054		12	3	15	2.069
Marco Buzzi	3.816		1.867	74	5.757		21		21	5.778
Marco Aurélio Bellizze	3.401		1.519	49	4.969		8		8	4.977
Assusete Magalhães	3.239		1.039	48	4.326		13		13	4.339
Sérgio Kukina	3.006		1.112	55	4.173		13	2	15	4.188
Moura Ribeiro	3.374		1.474	48	4.896		5		5	4.901
Regina Helena Costa	3.149	1	1.091	59	4.300	1	16	4	21	4.321
Rogério Schietti Cruz	5	1.847	402	18	2.272		9	2	11	2.283
Nefi Cordeiro	4	2.035	433	1	2.473		4	4	8	2.481
Gurgel de Faria	3.528		1.134	59	4.721		24	2	26	4.747
Reynaldo Soares da Fonseca	14	2.076	390	15	2.495		9	2	11	2.506
Ribeiro Dantas	44	1.830	452	16	2.342		1	6	7	2.349
Antonio Saldanha Palheiro	7	1.679	324	18	2.028	1	3	3	7	2.035
Joel Ilan Paciornik	8	1.946	384	18	2.356		5		5	2.361
Presidente da 1ª Seção	138		67		205					205
Presidente da 2ª Seção	2		1		3					3
Presidente da 3ª Seção	150		540		690					690
Presidente da Comissão Gestora de Precedentes (6)	2				2					2
Sec. Órgãos Julgadores (7)		41	11	1	53					53
Total	72.323	21.724	40.706	2.708	137.461	1.845	6.843	1.715	10.403	147.864

Fontes: Secretaria Judiciária; STJ (Sistema Justiça).

(1) Ministro Presidente do STJ a partir de 27/8/2020. Corregedor Nacional de Justiça até 27/8/2020. (2) Ministro Vice-Presidente do STJ a partir de 27/8/2020. Corregedor-Geral da Justiça Federal. (3) Ministro Presidente até 27/8/2020. Designado para compor 3ª Seção e 5ª Turma. (4) Ministra Vice-Presidente do STJ e Corregedora-Geral da Justiça Federal conforme Ato da Sessão Plenária de 22/5/2018 até 27/8/2020. Corregedora Nacional de Justiça. (5) Ministro em licença médica de 24/9/2019 a 23/3/2020. (6) Ministro Paulo de Tarso Sanseverino como Presidente da Comissão Gestora de Precedentes conforme Portaria STJ/GP Nº 299 de 19/7/2017. (7) Computadas as petições sem destinatários bem como as endereçadas aos Ministros aposentados. (8) Ministro aposentado a partir de 20/12/2020.

6. Processos baixados

O Tribunal baixou² 356.575 processos em 2020, queda de 12,56% em relação à 2019 e menor valor desde 2016. A média dos processos baixados entre os anos de 2014 a 2016 é de 317.842 processos e nos anos de 2017 a 2020 é de 380.263 processos. Esse resultado de 19,64% (62.422) mais processos baixados nesses meses após 2016 coincide com a implantação do sistema de triagem de processos no STJ, que trouxe maior celeridade aos julgados do Tribunal (figura 15).

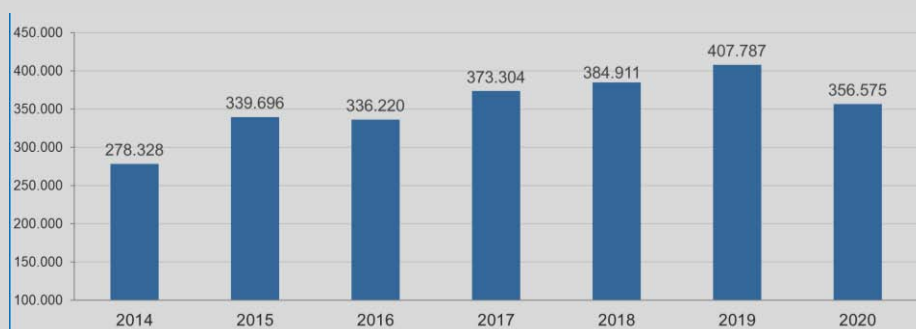


Figura 15. Série histórica dos processos baixados. Escala a partir de 100.000 processos.

O tempo médio dos processos que foram baixados em 2020 foi de 321,47 dias desde o recebimento, redução de 5,94% (19,11 dias) em relação à 2019 continuando sequência de baixa desde o pico de 2017 com redução média de 10,5. O tempo médio até a baixa apresentou crescimento de 20,3% (71,23 dias) entre 2014 até 2017, mas nos dois últimos anos essa tendência se inverteu registrando redução do tempo médio de 28,32% (119,39 dias) (figura16).



Figura 16. Série histórica do tempo médio em dias do recebimento até a baixa, escala a partir de 200 dias.

A série histórica das classes dos baixados mostra queda de 15,51% (32.176) dos AREsp em 2020, após crescimento moderado de 8,3% (15.995) entre 2015 e 2019. Os baixados dos HC tiveram crescimento de 10,37% (7.177), superando o REsp como segunda classe mais baixada e seguindo inclinação de alta desde 2014 com crescimento médio de 18,63% ao ano. O REsp apresentou queda acentuada de 25,83% (22.869) em 2020 após três anos de relativa estabilidade (média de 87.315 processos baixados entre 2017 e 2019), retornado ao valor próximo de 2016 (figura 17).

² Os processos arquivados, que são originários do STJ, são contados junto aos processos baixados.

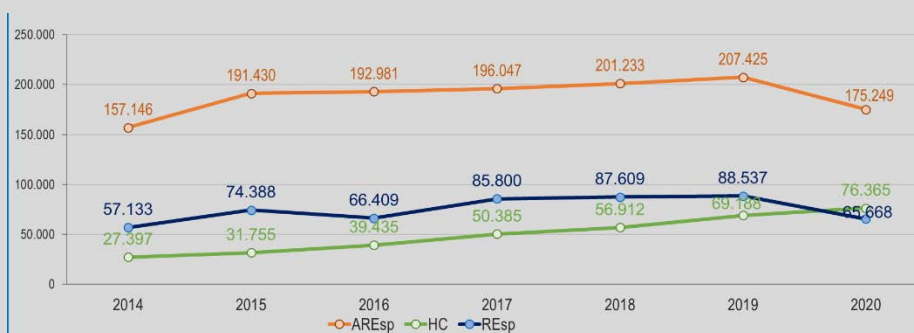


Figura 17. Série histórica das principais classes de processos baixados.

A série histórica dos baixados mostra o ramo civil com redução de 16,76% (24.834), atingindo o menor valor nesta série histórica, após atingir a máxima no ano passado. O ramo penal teve a menor diminuição de apenas 2,17% (28.817), mantendo-se praticamente estável em relação à 2019, após cinco anos consecutivos de expansão. O ramo administrativo teve forte queda de 21,11% (15.992), após três anos de estabilidade entre 2017 e 2019 (média de 73.096 no período). O tributário apresentou redução moderada de 6,17% (2.252) se mantendo perto da estabilidade nos últimos seis anos (média de 34.670 processos baixados entre 2015 e 2020). O Previdenciário teve a maior redução relativa com 21,65% (4.889), seguindo tendência de queda desde 2017 com redução média de 16,57% nesse período (figura 18).

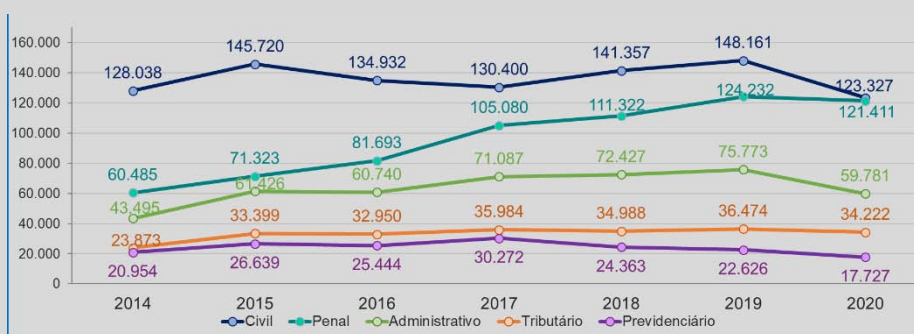


Figura 18. Série histórica dos principais ramos de direito dos processos baixados.

7. Acervo Processual

Apesar da queda no número de processos julgados (-40.862) e baixados (-51.212), o STJ encerrou 2020 com 258.053 processos em tramitação, volume 8% menor do que 2018, ou seja, houve redução de 12.949 casos. A redução do acervo se deve em parte ao número de processos recebidos que também apresentou queda de 40.682 compensando a queda na produtividade. A série histórica do acervo processual aponta contínua redução do estoque processual desde 2014 com redução média de 6,24% ao ano (figura 19).

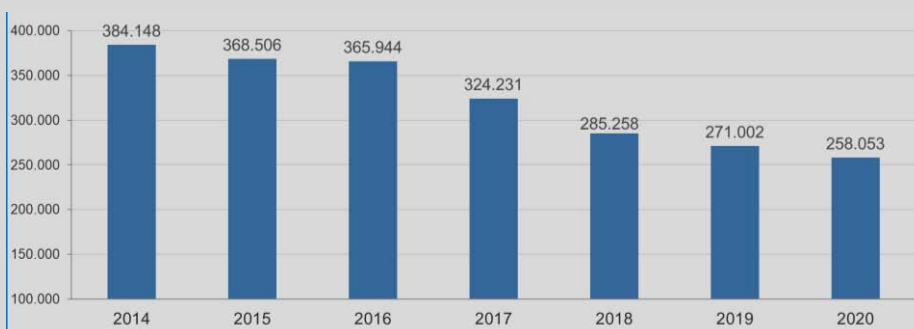


Figura 19. Série histórica do acervo processual. Escala a partir de 100.000 processos

O tempo médio de tramitação em 2020 foi de 18,18 meses, queda de 4,11% (23,4 dias) em relação à 2019 e redução média de 3,97% desde 2016 quando o tempo médio passou a seguir inclinação de queda (figura 20a). O acervo do STJ é composto majoritariamente por processos recebidos recentemente, sendo 63,12% processos recebidos neste ano, 14,51% em 2019 e 6,93% no ano retrasado (figura 20b).



Figura 20(a). À esquerda série histórica do tempo médio de tramitação. Figura 20(b). À direita ano de recebimento dos processos em tramitação.

A razão entre o acervo do tribunal e o número de processos baixados foi de 0,72, o que significa que, caso não houvesse ingresso de novas demandas, e fosse mantida a produtividade dos ministros e servidores, seriam necessários aproximadamente 8,64 meses para zerar o estoque, indicador criado pelo CNJ chamado de “tempo de giro do acervo” (figura 21b). Por outro lado, a diferença entre os recebidos do tribunal e o número de processos baixados no ano foi de 12.541 processos, o que significa que, caso os recebidos e a produtividade dos ministros e servidores se mantenham constantes, seriam necessários aproximadamente 20,57 anos para zerar o acervo.

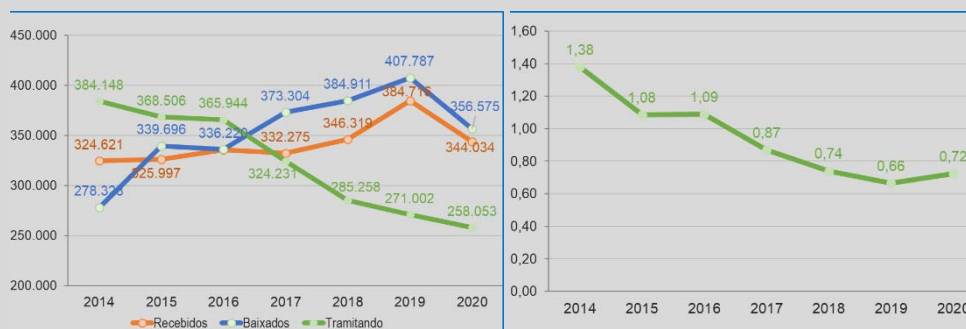
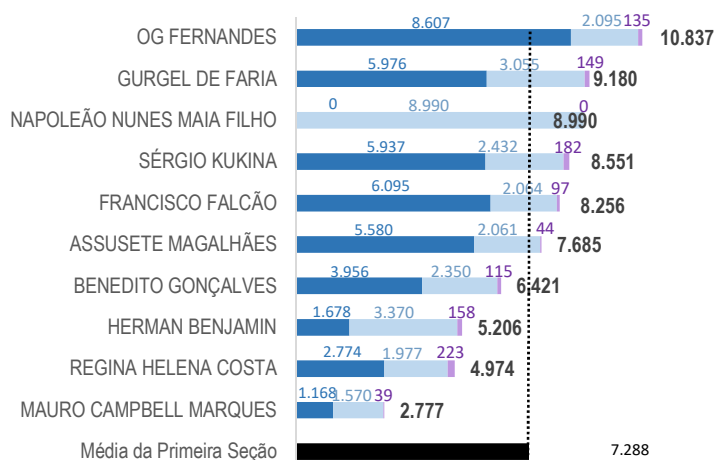
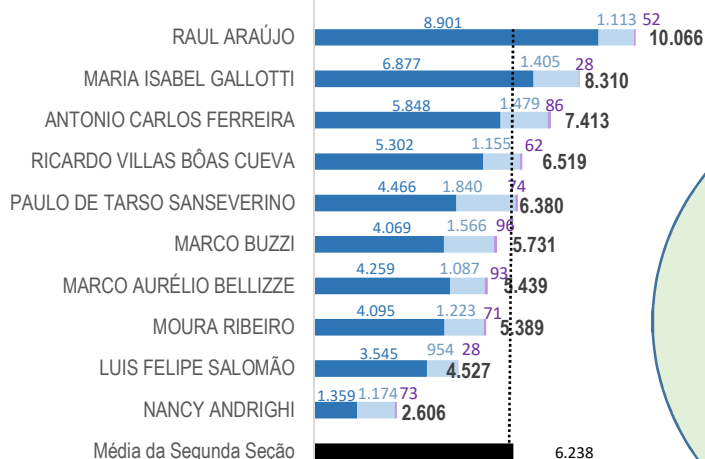
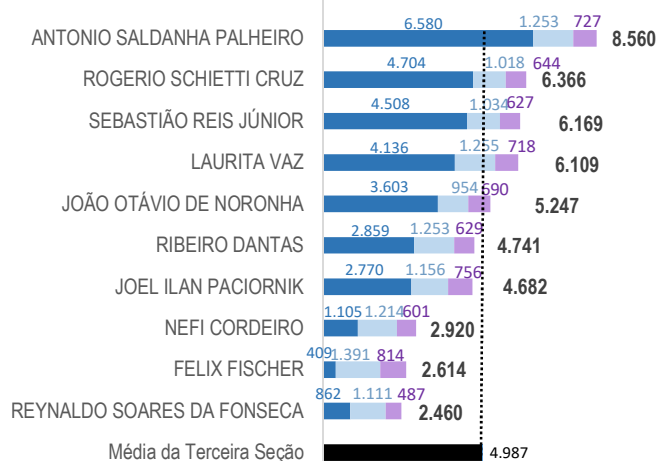


Figura 21(a). À esquerda série histórica dos processos recebidos, baixados e tramitando (escala a partir de 200.000 processos). Figura 21(b). À direita série histórica do tempo do giro do acervo

As tabelas abaixo resumem as principais estatísticas de processos tramitando no ano.

Acervo de processos por relator em 31/12/2020

1ª
SEÇÃO2ª
SEÇÃO3ª
SEÇÃO

■ Concluso
 ■ Secretaria
 ■ Outros
 ⋮ Média da Seção

O acervo representado neste gráfico totaliza 185.269 processos. Não constam os acervos da Presidência (52.513), Vice-Presidência (5.282), Presidentes de órgãos julgadores (3.481), processos que estão aguardando atribuição/distribuição (10.095) e processos que estão na Corte Especial (1.413). Incluindo todas essas informações, o total em tramitação é de 258.053.

Fontes: Secretaria Judiciária; Secretaria de Órgãos Julgadores e STI (Sistema Justiça).

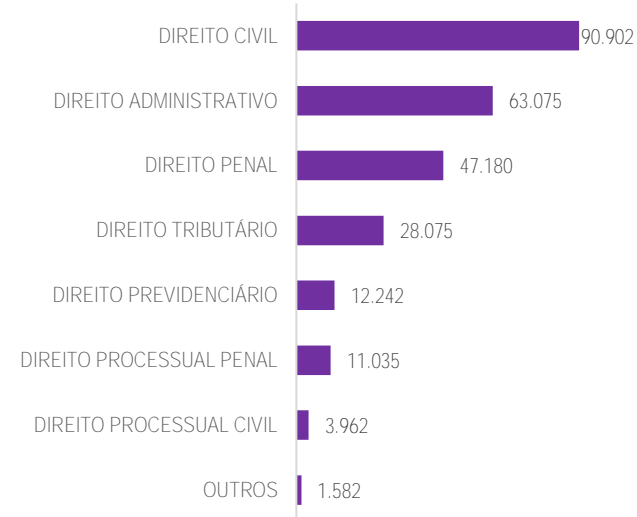
- Conclusos: Processos nos gabinetes de ministros.
- Secretaria: Processos na Secretaria Judiciária e Secretaria dos Órgãos Julgadores.
- Outros: Processos no Ministério Público, na Defensoria Pública, em diligência, etc.

Acervo em 31/12/2020

Maiores demandantes dentre os que estão em tramitação



Ramo do direito

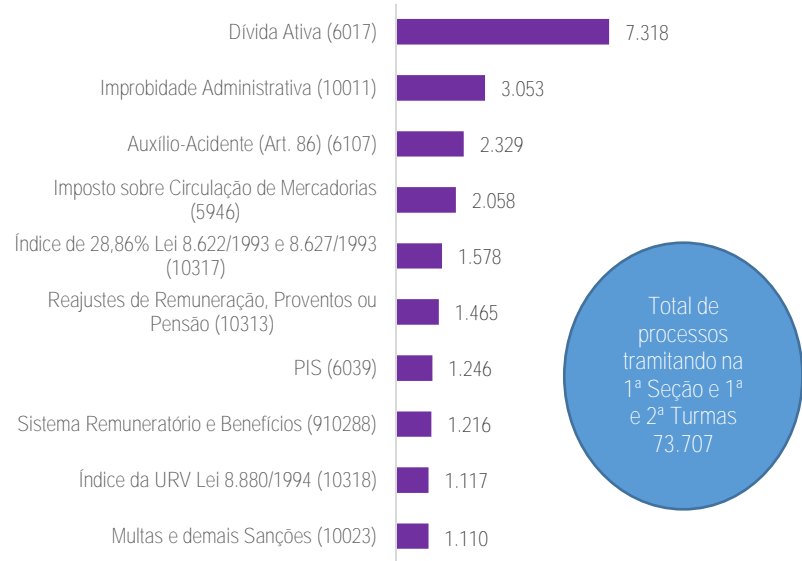


Principais assuntos no STJ

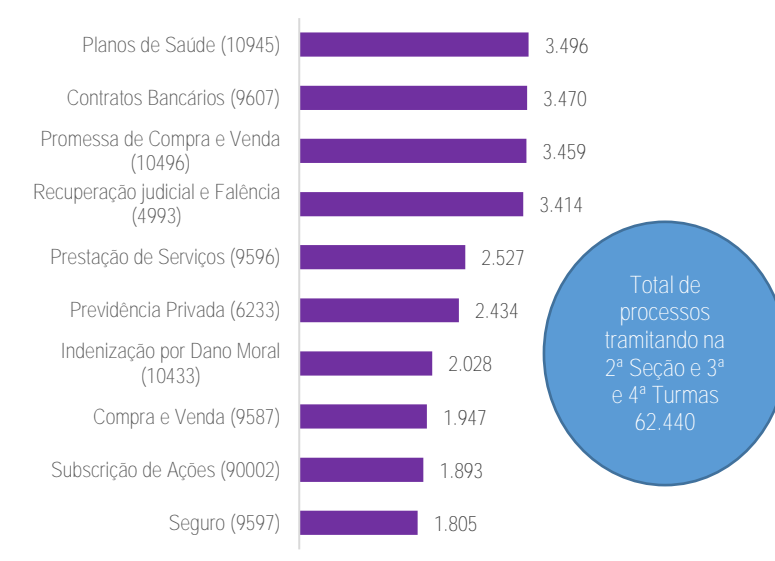


Principais assuntos por órgão julgador

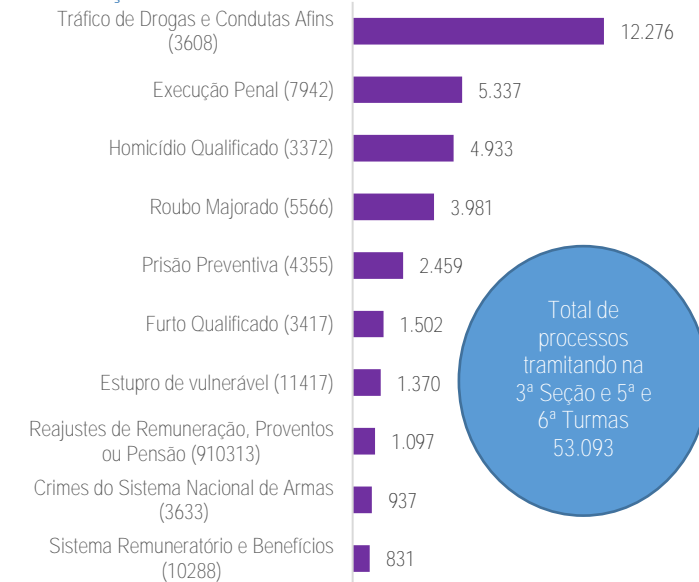
1ª Seção e 1ª e 2ª Turmas



2ª Seção e 3ª e 4ª Turmas



3ª Seção e 5ª e 6ª Turmas



Fontes: Secretaria Judiciária; Secretaria dos Órgãos Julgadores e STJ (Sistema Justiça).

Notas: Os números entre parênteses nos processos por assunto referem-se aos códigos do Sistema de Gestão de Tabelas Processuais Unificadas do Conselho Nacional de Justiça.

Nos valores totais apresentados nos gráficos por órgãos julgadores estão inclusos todos os processos inclusive os que aguardam atribuição.

8. Metas CNJ

No ano de 2018, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) iniciou a parametrização da metodologia para aferição e acompanhamento das Metas Nacionais do Poder Judiciário com as variáveis estatísticas estabelecidas na Resolução CNJ nº 76/2009. Assim, o CNJ estabeleceu cinco metas para o STJ, das quais duas foram cumpridas em sua totalidade e cinco foram cumpridas parcialmente em 2019.

Meta 1. Julgar quantidade maior de processos recursais e ações de conhecimento do que a dos distribuídos no ano corrente. Percentual de cumprimento: 109,1%.

Meta 2 (processos até dez/2015). Identificar e julgar até 31/12/2020, pelo menos 99% dos processos distribuídos até 31/12/2015. Percentual de cumprimento: 95,6%.

Meta 2 (processos de 2016). Identificar e julgar, até 31/12/2020, pelo menos 95% dos processos distribuídos em 2016. Percentual de cumprimento: 97,6%.

Meta 4 (Distribuídos até dez/2017). Identificar e julgar até 31/12/2020 90% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31 de dezembro de 2017. Percentual de cumprimento: 81,4%.

Meta 4 (Distribuídos em 2018). Identificar e julgar até 31/12/2020 85% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas em 2018. Percentual de cumprimento: 98,9%.

Meta 6. Identificar e julgar, até 31/12/2020, 95% dos recursos oriundos de ações coletivas distribuídos a partir de 01/01/2015. Percentual de cumprimento: 107,9%.

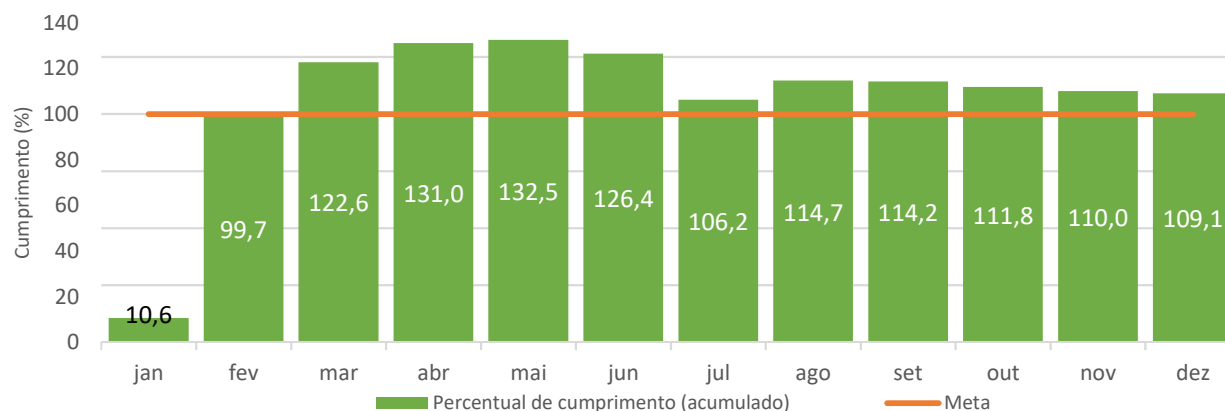
Meta 7. Garantir tempo médio de 365 dias da afetação à publicação do acórdão dos recursos repetitivos dos temas afetados a partir de 18/03/2016. Percentual de cumprimento: 72,9%.

As tabelas abaixo mostram a evolução do cumprimento das metas ao longo do ano.

METAS NACIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO (PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO ACUMULADO) - 2020

Meta 1

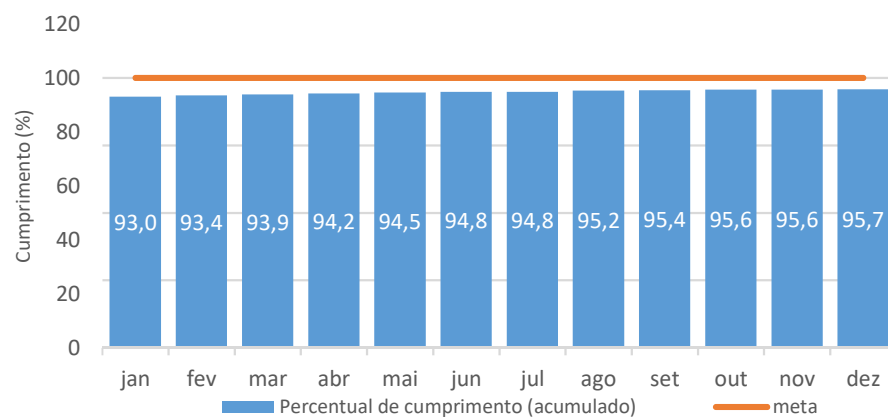
Julgar quantidade maior de processos de conhecimentos do que os distribuídos em 2020.



Meta estará cumprida quando atingir 100% da escala

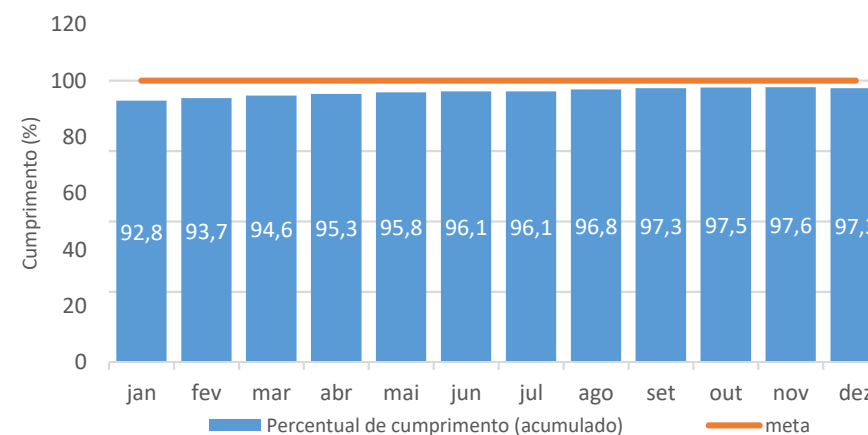
Meta 2 (processos até dez/2015)

Identificar e julgar, até 31/12/2020 pelo menos 99% dos processos distribuídos até 31/12/2015.



Meta 2 (processos de 2016)

Identificar e julgar, até 31/12/2020 pelo menos 95% dos processos distribuídos em 2016.

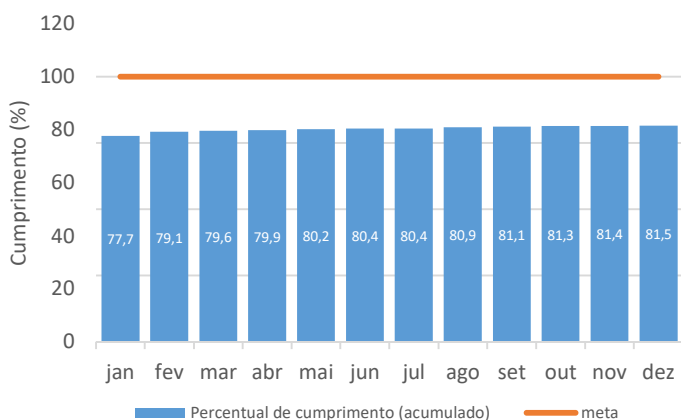


Fontes: Secretaria Judiciária; Secretaria de Processamento de Feitos, Gabinetes de Ministros; NARER e STI (Sistema Justiça).

METAS NACIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO (PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO ACUMULADO) - 2020

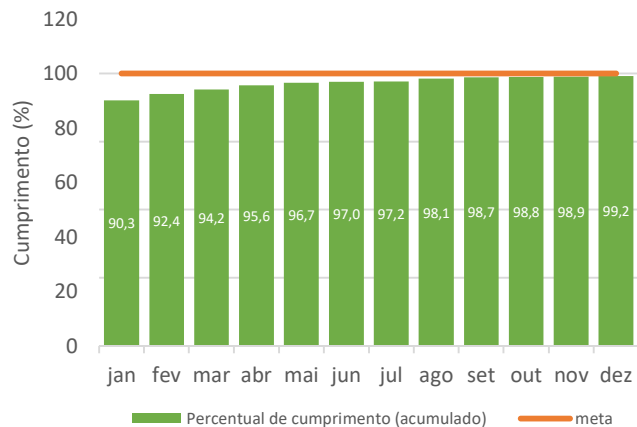
Meta 4 (Distribuídos até dez/2017)

Identificar e julgar até 31/12/2020 90% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31 de dezembro de 2017.



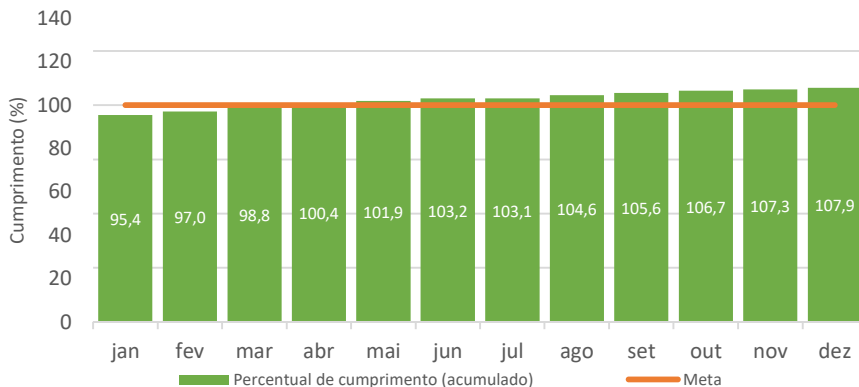
Meta 4 (Distribuídos em 2018)

Identificar e julgar até 31/12/2020 85% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas em 2018.



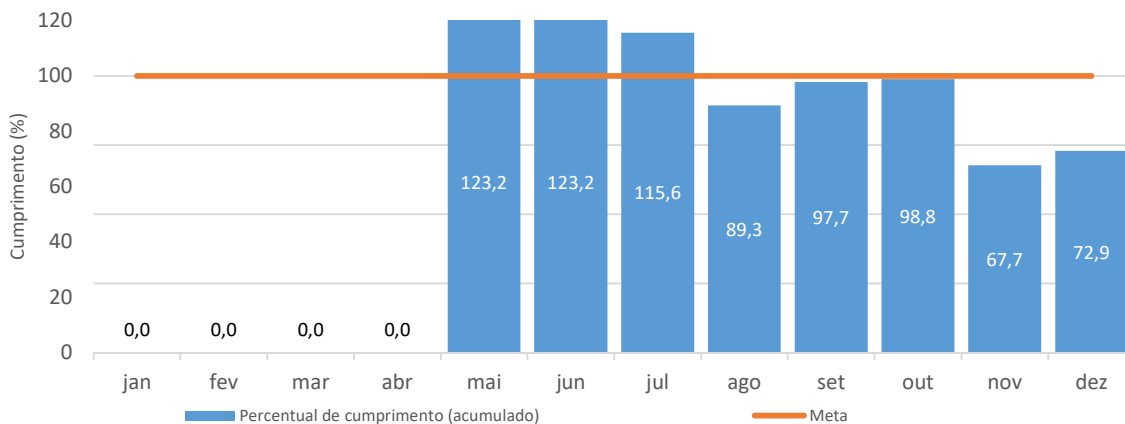
Meta 6

Identificar e julgar, até 31/12/2020, 95% dos recursos oriundos de ações coletivas distribuídos a partir de 01/01/2015.



Meta 7

Garantir tempo médio de 365 dias da afetação à publicação do acórdão dos recursos repetitivos dos temas afetados a partir de 18/3/2016.



Fontes: Secretaria Judiciária, Secretaria de Processamento de Feitos, Gabinetes de Ministros, NARER e STI (Sistema Justiça).

Nota: Os dados da Meta 4 ainda não foram consolidados até o fechamento do Boletim.

Glossário

Acórdão

Peça escrita que contém o julgamento proferido por órgão colegiado de um tribunal; não por um juiz.

AREsp (Agravo em recurso especial)

Recurso que se interpõe contra decisão do presidente ou do vice-presidente do tribunal recorrido.

Controvérsia

Representa o conjunto de processos recebidos pelo STJ na condição de representativos da controvérsia – RRC (§ 1º do art. 1036 do CPC), a fim de possibilitar a afetação dos (s) processo (s), pelo Órgão Julgador do STJ, ao rito dos recursos repetitivos.

Controvérsia aguardando manifestação

Representa todas as controvérsias pendentes até o mês de referência deste boletim (quantitativo acumulado).

Decisão interlocutória

É o ato pelo qual o juiz, no curso do processo, resolve questão incidente, ou seja, ponto relevante que não põe fim ao processo.

Decisão Liminar

Decisão urgente e provisória, dada antes do julgamento do processo para evitar prejuízo irreparável a um direito

Decisão terminativa

É aquela onde o magistrado toma uma decisão que põe fim ao processo.

Decisão colegiada

Decisão proferida por um grupo de juízes ou ministros, reunidos em um colegiado. É também denominada de "acórdão". Os órgãos colegiados do Tribunal são: Corte Especial, seções e turmas.

Decisão monocrática Decisão proferida por um único magistrado; não por colegiado.

Distribuição

Escolha do relator do processo por sorteio ou por prevenção. O relator sorteado pode declarar-se impedido, caso em que é feito novo sorteio.

Ministério público

Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, à qual incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127).

Pedido de vista

Ato pelo qual o ministro solicita os autos de um processo com o direito de tomar conhecimento de tudo o que nele contém, se dá durante o julgamento no momento de proferir o voto ele pode pedir.

Processo

Conjunto coordenado de preceitos legais normativos, que imprimem forma e movimento à ação no sentido formal.

Processo atribuído

É o processo que foi imputado ao ministro nomeado no lugar de magistrado que deixou o cargo por aposentadoria, falecimento ou mudança de órgão julgador.

Processo baixado

Processo recursal que foi encaminhado de volta ao tribunal de origem.

Processo Arquivado:

Processo originário que foi guardado em arquivo definitivamente no tribunal após o trânsito em julgado.

Processo distribuído

Processo recebido pelo magistrado, mediante distribuição por sorteio, para que proceda ao seu julgamento.

Processo originário

Aquele que se inicia no próprio órgão e não chega a ele como recurso contra decisão proferida em outro grau de jurisdição.

Processo pendente de 1ª decisão

Processo que ainda não possui decisão terminativa/definitiva.

Processo recursal

Aquele que chega ao órgão como recurso contra decisão proferida em outro grau de jurisdição.

Processo redistribuído

É aquele resultante da nova distribuição decorrente da incompetência reconhecida do magistrado ou do órgão judicial a que foi anteriormente distribuída ou decorrente de aposentadoria, falecimento ou afastamento do relator originário.

Processo registrado

É o feito registrado ao Ministro Presidente, vice-Presidente e aos presidentes de seção por determinação regimental.

Recurso

Meio de que dispõe a parte vencida em um processo para provocar a modificação ou a invalidação de uma decisão judicial desfavorável.

RE (Recurso extraordinário)

Recurso da competência do Supremo Tribunal Federal contra decisões proferidas em única ou última instância, quando a decisão recorrida: a) contrariar dispositivo da Constituição Federal; b) declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal; c) julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição; d) julgar válida lei local contestada em face de lei federal (CF, art. 102, III).

REsp (Recurso especial)

Recurso de competência do Superior Tribunal de Justiça, instituído pela Constituição de 1988 (art. 105, 111). É cabível das causas decididas em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida: a) contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência; b)

julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face de lei federal; e c) der à lei federal interpretação divergente de que lhe haja atribuído outro tribunal.

RO (Recurso ordinário)

Recurso dirigido ao Superior Tribunal de Justiça, quando denegatória a decisão, em mandado de segurança decidido em única instância e habeas corpus decidido em única ou última instância pelos tribunais regionais federais e pelos tribunais de justiça dos estados e do Distrito Federal e dos Territórios, bem como em causas em que forem partes estado estrangeiro ou organismo internacional de um lado e, do outro, município ou pessoa residente e domiciliada no País (CF, art. 105, caput, II).

Relator

Membro de tribunal a quem se atribui – por distribuição automática e eletrônica – um processo para estudá-lo e explicá-lo em relatório, podendo ser escolhido também por prevenção, quando já tiver sido relator de processos referentes ao mesmo caso.

Voto-vista

Consiste no voto proferido pelo ministro que pediu vista dos autos.

Recurso especial repetitivo

É um recurso que representa um grupo de recursos baseados em teses idênticas, ou seja, que têm fundamento em questão de direito idêntica. Nesses casos, o processo fica suspenso no tribunal de origem até o pronunciamento definitivo do STJ sobre a matéria.

Classes processuais do STJ: para consultar todas as classes de feitos clique no link abaixo e consulte diretamente no Art. 67 do Regimento Interno:

[Link](#)

Áreas de especialização

O Regimento Interno definiu as áreas de especialização dos seus órgãos judiciários (seções e turmas), atribuindo-lhes competência para processar e julgar os feitos relativos ao Direito Público, ao Direito Privado e ao Direito Penal. Essa especialização é definida em razão da natureza da relação jurídica litigiosa.

